

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO HUMANA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

JENIFER AMARAL DA HORA

***“PRETA É A MINHA PELE, PRETO É O LUGAR ONDE EU MORO”*: UMA ANÁLISE
DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS A PARTIR DA OBRA
DE CAROLINA DE JESUS**

Porto Alegre

2024

JENIFER AMARAL DA HORA

***“PRETA É A MINHA PELE, PRETO É O LUGAR ONDE EU MORO”*: UMA ANÁLISE
DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS A PARTIR DA OBRA
DE CAROLINA DE JESUS**

Trabalho de Conclusão de Curso da graduação de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentado como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora em Serviço Social Rosa Maria Castilhos Fernandes.

Porto Alegre
2024

Dedico este trabalho, a todas as Carolinas, que lutam para não somente sobreviver diante da sociedade desigual e contraditória que o sistema impõe a acreditar que é a única maneira de existir. Que possamos ser Carolina, e que assim, tenhamos coletivamente forças para continuar sendo resistência, em busca de uma sociedade que não esteja dividida entre a sala de visitas e os quartos de despejo.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, bem como, abrir os caminhos à conquista do título de bacharela em Serviço Social, em uma das melhores universidades do país, sinto-me semelhante a Carolina de Jesus, por ser resistência diante da conjuntura que segrega e define o lugar que as mulheres negras podem e irão ocupar. E, também como Carolina, que em todas as páginas do *Quarto de Despejo* demarcou o desejo de continuar nessa viagem pelos seus filhos, trago em mim, pessoas que me acompanharam e deram forças para seguir, ao não permitirem que eu me sentisse só, nem sequer por um segundo. E por isso, merecem todo o meu agradecimento.

Primeiramente, agradeço imensamente, as crianças com quem aprendo e compartilho os momentos mais puros e especiais, que iluminam toda a minha trajetória e são os grandes amores da minha vida: Cássio, Natália, João Pedro, Clara, Maisa e Laryssa.

Agradeço também, aos meus melhores amigos de todas as vidas: Renata, Nathália, Priscila, Wesley e Gian, que clareiam os meus dias sombrios e redobram a felicidade aos dias de sol, sendo assim, o meu refúgio e apoio.

Agradeço às minhas futuras assistentes sociais: Eduarda, Aline e Glória, com quem partilhei todo o percurso da graduação e da vida, nos últimos 5 anos. A jornada é muito mais simbólica e bonita quando podemos dividir com quem admiramos.

Agradeço à minha orientadora, Prof. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes pela motivação e acompanhamento em, absolutamente, todas as linhas escritas deste trabalho, e por ter proporcionado durante a graduação para além dos aprendizados teórico-práticos, acolhimento e afeto, que deixaram esse percurso mais leve do que eu poderia imaginar.

E por fim, e em especial, agradeço ao meu pai, Paulo, pelo melhor presente que poderia dar-me em vida: a sua presença. E tornar-se assim, o meu exemplo de ser humano. E a *minha Carolina*, minha mãe, Ana Paula: forte, resistente, determinada, amorosa e o meu maior espelho enquanto mulher.

Nenhuma frase conseguiria descrever tamanha sensação de aconchego que encontro nessas duas pessoas, que por uma vida inteira, me incentivaram a ser livre e voar para onde eu quisesse. Mas, em conjunto, deram-me a certeza de que, sempre que eu decidisse pousar, teria um lugar seguro e de acolhimento para ficar.

Nos seus manuscritos, Carolina disse que o sonho da sua mãe era que ela “*estudasse para professora*”. Os meus pais sempre enfatizaram que o sonho deles era que eu fosse o que quisesse ser. E foi assim que eu escolhi ser Assistente Social.

Como bem dito por, Barbara Carine (2024) na obra literária Querido estudante negro, estudar, para o povo negro, é revolução coletiva. Agradeço, a todos eles, por resistirem junto comigo.

A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.

(Carolina de Jesus)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como temática principal as violações de direitos presente na vida das mulheres negras brasileiras em face da sociedade capitalista, patriarcal e racista, a partir da obra literária *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus; discorrendo sobre as categorias: racismo estrutural, mulher negra, patriarcado e violência de gênero, que subsidiaram as discussões. Consubstanciado a isto, o estudo caminha conciliado na perspectiva de dar visibilidade à realidade das mulheres negras perpassando pelo processo sócio-histórico do país, abordando as principais expressões da questão social expostas na obra literária que se fazem atuais no cotidiano dessas mulheres, e conseqüentemente, enfatizando o racismo estrutural, fundamentando esta articulação entre raça/etnia, classe e gênero e as contribuições do serviço social na pauta. Dessa forma, socializa-se os resultados de uma pesquisa bibliográfica que adotou o método dialético crítico e contribuiu para a compreensão da atuação dos/as assistentes sociais na linha de frente da defesa intransigente dos direitos e lutas antirracistas. Neste trabalho, visualiza-se o quanto as obras literárias caracterizam-se também como uma ferramenta de apreensão da realidade ao dar visibilidade às vivências que são reflexos da lógica de dominação, exploração e opressão na construção contraditória entre capital e trabalho do sistema burguês, presente nas relações sociais.

Palavras-chave: Racismo Estrutural, Mulheres Negras, Violência de Gênero, Literatura, Serviço Social.

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1: Pessoas em condição de extrema pobreza no Brasil	37
Gráfico 2: Raça/etnia das vítimas	47
Gráfico 3: Relação da vítima com o agressor (a)	47
Gráfico 4: Relatório estatístico raça/etnia das usuárias	75
Gráfico 5: Relatório estatístico tipos de violência doméstica	75

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1: Tipos de violência doméstica	44
Quadro 2: Números de artigos	64
Quadro 3: Produções relacionadas à questão norteadora 1	64
Quadro 4: Produções relacionadas à questão norteadora 2	67

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAS - Centros Acadêmicos das Unidades de Ensino
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRM - Centro de Referência da Mulher
COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
DAGEP/MS - Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social do Ministério da Saúde
DAS - Diretórios Acadêmicos das Unidades de Ensino
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDH - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
OMS - Organização Mundial de Saúde
PEP - Projeto Ético-Político
PFAA - Programa Federal de Ações Afirmativas
PL - Projeto de Lei
PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PNAD - Pesquisa Anual de Amostra de Domicílio Contínua
SEPOM - Secretaria de Política das Mulheres do Município de São Leopoldo
SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Unico de Saude
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. “OS QUARTOS DE DESPEJO, MULTIPLICADOS, ESTÃO TRANSBORDANDO”: RACISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	15
2.1 “Assim como as palavras as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas”: reflexões sobre o processo sócio-histórico brasileiro.....	17
2.2 “Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista”: a mulher negra na sociedade brasileira contemporânea.....	30
2.3 “Ele deu-lhe tanto que até arrancou-lhe dois dentes. E por isso o apelido dele aqui na favela é Dentista”: violência doméstica de gênero em discussão.....	43
3. “OS POLÍTICOS SABEM QUE EU SOU POETISA. E QUE POETA ENFRENTA A MORTE QUANDO VÊ O SEU POVO OPRIMIDO”: SERVIÇO SOCIAL E OS DIREITOS DAS MULHERES EM CONJUNTO COM A LUTA ANTIRRACISTA.....	51
3.1 “Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução!”: a organização política do Serviço Social no Brasil.....	52
3.2 “O livro vai ser editado, fiquei emocionada”: a produção de conhecimento do Serviço Social.....	61
3.3 “Ele não tem nojo dos favelados. Cuida dos míseros favelados com carinho. Isto competia ao tal Serviço Social”: a atuação profissional na política das mulheres e lutas antirracistas.....	72
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
APÊNDICES.....	96

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social tem como principal temática as violações de direitos das mulheres negras e as lutas antirracistas, em diálogo com a atuação da/o assistente social neste contexto, com a interlocução das experiências vivenciadas e as aprendizagens adquiridas no decorrer da graduação. Tem-se aqui, como ponto de partida, a caminhada formativa de uma graduanda de Serviço Social que por não estar só, encontra na obra *Quarto de Despejo* de autoria de Carolina de Jesus, a possibilidade de diálogo e reflexões críticas para compreensão do racismo estrutural existente no sistema capitalista, que determina historicamente e estruturalmente as violações de direitos das mulheres negras no Brasil.

O *Quarto de Despejo* possibilita o despertar de inquietações ao transcender para além do mundo literário a visualização da dinamicidade das relações sociais da sociedade de classes. Transparecendo ao desdobrar da leitura essas relações do sistema capitalista de classe, raça/etnia e gênero, que estão entrelaçadas e indissociáveis como parte constitutiva da questão social, apreendida como expressão das desigualdades do modelo burguês. Sendo assim, uma construção da literatura que se torna uma ferramenta de apreensão da realidade, ao dar voz às histórias atravessadas pela lógica de dominação, exploração e opressão do capitalismo.

Carolina de Jesus, na obra, relata as suas vivências diárias como mulher negra, recicladora, periférica e mãe solo, na década 1950-1960, esboçando as dificuldades encontradas para a sobrevivência diante do contexto sócio-histórico a qual estava inserida. Com a análise crítica ao decorrer da leitura percebe-se, diariamente, as expressões da questão social que perpassam por sua vida, trazendo no seu diário, a pobreza, a fome, o desemprego, a falta de acesso à educação, à moradia, à saúde, e as violências institucionais, assim como, os seus direitos e dos seus filhos. Violações que são características estruturantes no panorama do Brasil, imerso na conjuntura burguesa que se nutre do racismo e do patriarcado, estrutura as relações de poder e mercantiliza as relações sociais.

Entende-se que, essas expressões da questão social fazem parte da construção histórica de sociedade, de moldes que estão enraizados e existem para o fortalecimento do capital. Logo, o *Quarto de Despejo* não se faz um livro que aborda somente a vida de Carolina de Jesus, além disso, coloca em evidência o cenário das mulheres negras brasileiras, que permanecem na mesma dinâmica de exploração e opressão, mesmo que em periodicidades de

tempo relativamente distantes. A obra aborda, no escoar de quase 200 páginas, toda essa vivência exploratória que se faz o objeto de trabalho da/o Assistente Social, ou seja, a questão social como fundante da profissão. Carolina coloca-se enquanto usuária da política de assistência social da época, em que os pressupostos do Serviço Social caminhavam ao encontro da lógica do sistema, em um período anterior ao movimento de reconceituação da profissão, tornando possível assim, um olhar crítico aos diferentes períodos do trabalho profissional e no alcance social que teria, atual, na linha de frente da violação de direitos que a autora manifesta em toda a literatura.

Tais explicações e percepções durante a interpretação crítica do livro tornam notório a conexão com o Serviço Social. Igualmente dito, as expressões da questão social esboçadas externalizam e evidenciam o objeto de trabalho da/o Assistente Social, dialogando assim, diretamente, com o exercício profissional, nessa interlocução da atitude investigativa, interventiva, no conhecimento do real que caminha junto com a intervenção. Tudo isso conectado com o Projeto Ético-político (PEP) da profissão, que tem como núcleo a liberdade, assim como, os pressupostos da defesa intransigente dos direitos que, no *Diário de uma Favelada*¹, estão sendo violados. Compreende-se o olhar à Carolina de Jesus a extensão da vida das mulheres negras brasileiras enquanto um instrumento de análise da realidade, como supramencionado.

O primeiro contato com a obra literária efetivou-se anteriormente ao início da graduação, sendo ela, uma leitura obrigatória do vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizado em 2019. Desde esse momento, tornou-se possível compreender a importância da manifestação de Carolina de Jesus, como uma escritora negra com a possibilidade de sublinhar a sua condição, da forma em que ela a visualizava.

Com o decorrer da graduação de Bacharelado em Serviço Social e os percursos e bagagens adquiridas da formação profissional, nesse processo didático-pedagógico de ensino-aprendizagem, a autora deste trabalho obteve a oportunidade do estabelecimento de relações entre os conhecimentos potencializados pela base teórico-metodológicos, que leva a compreensão da importância da tomada de consciência das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e o sujeito. E também, o desenvolvimento da dimensão técnico-operativa e ético-política apreendidas para o exercício da profissão, ancorado por uma perspectiva materialista histórico dialética. E, é exatamente partindo dessa retomada dialético-crítica que a releitura do *Quarto de Despejo* realçou e criou novas perspectivas e olhares aguçados, por, no presente momento, estar com um diferente papel na sociedade, de

¹ Subtítulo do Quarto de Despejo.

para além de mulher negra, posta neste lugar de discriminação e margem social, também uma profissional que estará na linha de frente na busca da defesa intransigente dos direitos humanos. Destaca-se a experiência de estágio profissional em Serviço Social I, II e III, em um espaço sócio-ocupacional da/o Assistente Social, que atua diretamente nas violações de direitos das mulheres, o Centro Jacobina², que possibilitou a estruturação de uma bagagem teórico-prática ainda mais especializada no que diz respeito aos direitos das mulheres e ao trabalho profissional nesta perspectiva.

A mulher negra é duplamente discriminada dentro da sociabilidade burguesa, as condições sociais, culturais e históricas são fatores macroestruturais que se tornaram determinantes para o acesso aos direitos, pela vulnerabilidade, discriminação e silenciamento imposto pela sociedade racista. A relação patriarcal-racista-capitalista caminha juntas, sendo fundamental essa imbricação diante das relações de sexo/gênero, etnia/raça e classe, o que justifica que no Brasil, as desigualdades afetam de formas diferentes a vida das mulheres negras, em relação às mulheres brancas, em todos os seus âmbitos, pelas relações sociais que se entrelaçam. O racismo e o patriarcado são categorias constituintes para a formação da sociedade brasileira, colados na nossa questão social.

Consubstanciado a isso, o *Quarto de Despejo* torna-se uma ferramenta de análise da realidade social, com uma profícua interlocução com o Serviço Social e o seu papel enquanto profissão que tem no seu PEP a busca por uma nova ordem societária. A obra possibilita a análise dos processos históricos e sociais, pois Carolina de Jesus exhibe o quanto o sistema tenta, incessantemente, atingir a sua subjetividade, assim como molda a de todas as mulheres negras, impactando suas condições de vida e objetividades de sobrevivência. Por isso, a apreensão do real é substancial as/aos assistentes sociais. Profissionais que a partir de um conjunto de habilidades técnicas e suas instrumentalidades, atuam no cotidiano da população; analisam as situações com base na universalidade e singularidade, com o método-dialético, compreendendo que, “a realidade social é complexa, heterogênea e os impactos de qualquer intervenção dependem de fatores que são externos a quem quer que seja.” (TONIOLO, 2008, p. 6).

Ao materializar a relevância da temática pode-se que apontar que, segundo informações do Atlas da Violência (2021) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir do Sistema de

² Centro de Referência em Atendimento à Mulher, do município de São Leopoldo, geograficamente localizado na Rua Lindolfo Color, 918, Centro - São Leopoldo, RS, um equipamento de cunho público vinculado à Secretaria de Política para as Mulheres da Prefeitura Municipal (SEPOM).

Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde informa os índices de violência no Brasil, em 2021, refere-se a 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil, número que representa mais de 10 mortes por dia no país. Entre as quais 2601 dessas mulheres são negras, representando 67,4% do total de mulheres assassinadas e 4,3 para cada 100 mil, trazendo o demonstrativo de que, o risco de uma mulher negra sofrer violência letal, na comparação a uma mulher não negra, é de 1,8% maior. Esses dados são um fragmento que demonstra a violência cotidiana que atinge os brasileiros, no indicativo do racismo como elemento estruturante e presente em todos os aspectos da sociedade brasileira, agravando o aumento da miséria e do desemprego e impactando no cenário de mortes dessa população. Saliendo assim, a importância da abordagem e aprofundamento das relações sociais e das violações dos direitos presente na vida das mulheres negras, cotidianamente.

Contudo, é fundamental para a apreensão das violações vividas pelas mulheres negras a compreensão da sua oralidade como uma ferramenta interventiva que possibilita a visualização das demandas emergentes. Nesta apreensão crítica da realidade social o papel da/o assistente social é estratégico, para mediação da emancipação do sujeito, ancorada pelas dimensões da profissão tal como nos orienta o caráter ético e emancipatório do PEP.

Cabe mencionar que o processo da materialização deste trabalho iniciou no semestre anterior, através da elaboração do Projeto de TCC I, em que se definiu a sua temática principal, o objetivo geral: Analisar as violações de direitos das mulheres negras no Brasil obtendo como ponto de partida a obra *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus, bem como, as lutas antirracistas em diálogo com a atuação do/a assistente social neste contexto a fim de expor o racismo estrutural existente no sistema capitalista, e os objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática do estudo a fim de conceituar as categorias: racismo estrutural, mulheres negras, patriarcado, violência de gênero e serviço social; refletir sobre as situações de racismo e de violência de gênero a partir da obra *Quarto de Despejo* da Carolina de Jesus, a fim enfatizar tais violações de direitos que perpassam a vida das mulheres negras brasileiras; abordar as possibilidades do trabalho profissional do/a assistente social diante dessas violações dos direitos das mulheres negras, a fim de contribuir nas lutas antirracista.

Arelado ao TCC I, em caminhada metodológica, também foi construído de forma à organização das ideias uma Matriz (Apêndice A), que enfatizou a temática central, a sua relevância e a relação com o Serviço Social. Com a Matriz, fez-se possível a visualização da partida da análise do que precisava conter para alcançar tais objetivos, juntamente com a

definição das principais categorias teóricas. Posteriormente, efetivou-se a revisão bibliográfica que permitiu o adensamento teórico e reflexivo, viabilizando o desvelamento dos fenômenos, em que para além da obra *Quarto de Despejo*, utilizou-se como base artigos do Serviço Social e de referência a temática.

Para além desta introdução, o trabalho está organizado em mais dois capítulos, sendo eles: o segundo capítulo, de fundamentação, que abordará o processo sócio-histórico do país, traçando uma linha histórica, principalmente, em se tratando da colonialidade e do patriarcado diante dessa imbricação capitalismo-racismo-patriarcado, em consonância com a abordagem das práticas do racismo estrutural e as violências de gênero vivenciadas, com enfoque na violência doméstica. A fim de trazer o aprofundamento das violações de direitos que são enfatizadas no cotidiano de Carolina de Jesus, logo, explícitas na vida das mulheres negras brasileiras; e o terceiro capítulo que trará as contribuições do Serviço Social enquanto profissão interventiva, na viabilização dos direitos e do engajamento na luta antirracista, traçando um paralelo a partir da institucionalização da profissão, cruzando com o movimento de reconceituação, até o processo de formação que possibilitou a ideação deste trabalho (2019 - 2024), já que, a obra literária construiu-se na década de 1950 e 1960, com o objetivo de trazer essa análise crítica referente aos objetivos da profissão após este movimento e o seu compromisso com as questões étnico-raciais. À vista disso, serão expostos, efetivamente, os resultados da pesquisa bibliográfica, bem como, a experiência de estágio curricular em Serviço Social, vivenciada no ano de 2022-2023, aprofundando a atuação nas violações constatadas, no sentido de demarcar a importância dos deveres éticos na busca de uma nova ordem societária.

2. “OS QUARTOS DE DESPEJO, MULTIPLICADOS, ESTÃO TRANSBORDANDO”: RACISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Ao discorrer sobre a fundamentação das práticas de racismo que se encontra como parte estruturante do sistema capitalista, assim como, as violações de direitos das mulheres negras, cabe salientar anteriormente a lógica da construção social na unidade dialética para a apreensão das contradições que existem na realidade concreta, entre capital e trabalho presente nos meandros das relações sociais. Com isso, a abordagem dos processos históricos que constituíram o país refletindo nas expressões da questão social que emergem na sociedade burguesa, torna-se essencial, como bem dito por Lukács (1987) quando apontou que, o

marxismo em nítido contraste com a filosofia burguesa não se desliga jamais do processo unitário da história.

Logo, o presente tópico visa à fundamentação teórica necessária para a problematização da temática deste TCC, que tem como principais categorias: racismo estrutural, mulheres negras, patriarcado e violência de gênero. Em que será abordado o colonialismo³ e, conseqüentemente, a concepção de racismo e do patriarcado (tópico 2.1) perpassando pelo racismo estrutural, em referência às mulheres negras e como isso reflete nas violações de direitos dessas mulheres (tópico 2.2) enfatizando a violência doméstica de gênero (tópico 2.3).

O materialismo histórico carrega como determinante para o desenvolvimento histórico o modo como a sociedade cria os seus meios de sobrevivência, e com isso, na perspectiva dos tempos atuais é necessário a clareza de como se compõe todos os âmbitos sociais, inclusive na literatura. Para Lukács (1987) “a existência e a essência, a gênese e a eficácia da literatura só podem ser compreendidas e explicadas no quadro histórico geral de todo sistema, a gênese e o desenvolvimento da literatura são parte do processo histórico geral da sociedade.” (1987, p.13). O autor sustenta a captação do que se percebe na escrita narrada do Diário de Carolina de Jesus a sua “essência” e o seu “valor estético”, assim como, “a influência exercida por elas, constituem parte daquele processo social geral e unitária através do qual o homem se apropria do mundo através da sua consciência.” (LUKÁCS, 1987, p. 13). Portanto, do jeito que expressa Lukács:

Nem a ciência nem os seus diversos ramos, nem a arte possuem uma história autônoma, imanente que resulte exclusivamente da sua dialética maior. A evolução em todos esses campos é determinada pelo curso de toda a história e produção social em seu conjunto. (LUKÁCS, 1987, p. 13)

A essência do método dialético, de fato, está exatamente em que para ele “o absoluto e relativo formam uma unidade indestrutível: a verdade absoluta possui seus próprios elementos relativos, ligados ao tempo, ao lugar e às circunstâncias” (Lukács, 1987. p.). Indo ao encontro dessa afirmação faz-se nítido a relevância do aprofundamento dos processos históricos e também, da utilização da literatura como ferramenta investigativa. Logo, a trajetória de reflexões teórico e prática percorrida neste trabalho estará em diálogo com o principal objeto de estudo do documento que é a obra literária *Quarto de Despejo*.

³ Considera-se colonialismo a dominação de um povo sobre o outro.

2.1 “Assim como as palavras as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas”: reflexões sobre o processo sócio-histórico brasileiro.

Por mais de três séculos a história foi contada e escrita de forma unilateral, marcada por uma visão eurocêntrica. O lado que enxergava a população negra como propriedade e mercadoria com a presunção da superioridade branca, ancorados pela hegemonia do racismo científico, “que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raça e estabeleceu hierarquia entre elas” (CARNEIRO, 2011, p. 16). Presunção que tornou os registros legais construídos na narrativa de uma única versão, sendo ela estratégica, que penetra nos tempos atuais, em todos os âmbitos sociais, fortalecendo a disputa de poder, e o racismo estrutural que é primordial na formação social, de maneira a ser indispensável para a consolidação do capitalismo.

Em vista disso, dá-se a premência como ponto de partida ao relato e aprofundamento dessa parte (traumática) da história, além da elucidação da importância da interlocução com a obra de Carolina de Jesus, como um registro da passagem da vida de uma mulher negra brasileira. Uma vez que, o marco da civilização, segundo o eurocentrismo, é a escrita, compondo a falácia de que se a população negra não produziu memória ou conhecimento, ela não teria história. Marcado nas instituições de ensino, por exemplo, desde o princípio da educação básica. Grada Kilomba (2008) enfatiza que escrever é um ato político, sendo a escrita a forma de abordar a própria realidade e ter autoridade da própria história. Trazer em voga um pedaço da história da população negra demonstra a oposição do que o projeto colonial predeterminou. Visto que, o esquecimento de quem se foi e, conseqüentemente, se é, também é um projeto. À maneira de Carolina de Jesus contemplou:

Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada, por mais que o desenho tenha sido escrito a lápis, e que seja de boa qualidade, a borracha, o papel guarda o relevo das letras escritas. Não senhor, ninguém vai apagar as palavras que eu escrevi [...] As palavras se não consegue mudar o mundo, serve pelo menos para contá-lo ou até inventá-lo um mundo novo, assim como as palavras as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas. (JESUS, 1960, s/p)

Quijano (2005) pontua que o movimento de controle é parte do padrão de poder mundial. “A Europa concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121). Logo, a colonização no Brasil para mais que a apropriação dos meios econômicos instaurou-se na invisibilização da história, cultura, linguagem dos povos colonizados e

escravizados, o que justifica a tentativa de “deletar” essa parte da história, não abordando-a e tampouco escrevendo com fundamentação sobre.

Contudo, trazer a dimensão da formação sócio-histórica brasileira é contemplar o retrato da contemporaneidade, à guisa que para o entendimento das inúmeras violações de direitos que perpassa a vida da classe trabalhadora, contundentemente, a população negra, é preciso reconhecer toda essa herança negativa que se tem pelos quase 400 anos vividos sob o domínio do período escravocrata, assim bem dito por Carolina de Jesus “*o preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite*” (JESUS, 1960, p. 121). E os índices de desigualdade racial revelam a perseguição com as pessoas que carregam em seus corpos a ancestralidade africana, mas que antes de qualquer coisa “são pretos brasileiros” (NASCIMENTO, 1974, p. 40). E é na busca da apropriação sobre essas desigualdades, entendendo que é somente na compreensão da totalidade⁴ que se torna possível intervir na realidade, que o aprofundamento e registro da história faz-se tão potente, sendo também, uma forma de dar visibilidade às vozes silenciadas.

Entende-se que a história da população negra no Brasil torna-se muito mais complexa do que a questão socioeconômica, em que deve ser enfatizada a questão racial, de modo que a criação da ideia de raça foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores, e conseqüentemente, fortalecer e justificar os padrões impostos na sociedade. Dessarte, de acordo com Quijano (2005) a raça identificou-se:

(...) um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa idéia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas. (QUIJANO, 2005, p. 17)

Por consequência, ainda em pleno ano de 2024, vive-se nas amarras dos traços advindos desse período e é neste sentido que se visualiza o conhecimento crítico do que se expressa hoje enquanto racismo estrutural. O sentido não é a fragmentação da história, pois não se faz justa diante de todo percurso doloroso e resistente daqueles que foram colonizados,

⁴ Princípio da totalidade: visto que todo fenômeno é multidimensional e se estrutura em uma realidade complexa é preciso conhecer essa realidade e apreendê-la em sua concretude e em seu movimento. Faz-se essencial penetrar neste complexo que expressa a realidade para apreendê-la enquanto totalidade composta por determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos. (MARTINELLI, 1993, p. 138-140).

todavia, a abordagem principal da parte marcante e estruturante do sistema que é predominante na atualidade, afirma a preocupação de a partir da sua exposição a possibilidade de apreensão do todo. Juntamente com a reflexão de Nascimento (1974) que aborda que a história do negro no Brasil só pode ser entendida a partir de um estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial.

Em oitenta anos de uma “abolição” da qual pouco participamos, que não partiu do nosso amadurecimento político ideológico como raça, nem como brasileiros, não podem estar resolvidas as nossas frustrações. A senzala ainda está presente. Oitenta anos em termos de história total são dias. [...] Não se pode incorrer na perpetuação de mistificações, de estereótipos que remontam às origens da vida histórica de um povo que foi arrancado de seu hábitat, escravizado e violentado na sua história real. (NASCIMENTO, 1974, p. 39)

E do modo que retrata Beatriz Nascimento quando diz que oitenta anos em termos de história total são dias, que cabe a sua exposição do nó que continua presente, já que, a democracia racial⁵ persiste inexistente. Intrínseco a um modelo de produção, o período escravista era um tipo de sociabilidade, uma mentalidade coletiva que ordenava as práticas sociais, onde o negro era invisível numa sociedade que ele integrou em todos os níveis. Para Conrad (1975) mesmo sem a expansão do café no mercado internacional, a escravização sobreviveu por mais tempo no Brasil do que o restante da América Latina, em que o país não sabia como viver sem a mão de obra não remunerada, o que possibilitou a acumulação de riquezas da, posteriormente, burguesia. Dessa forma, o sistema escravista é um dos pontos fundamentais da expansão da economia, como diz Nascimento (1978):

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e quebra de sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (NASCIMENTO, 1978, p. 49)

⁵ “Erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' (...)” “devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.” (NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.)

Segundo Theodoro (2022) a barbárie iniciou com o massacre indígena e, posteriormente, a presença do escravismo na formação do Brasil enquanto nação, em que pessoas eram vistas e tratadas como objetos de exploração, sem qualquer condição de humanidade. Através das expedições que partiam da linha de acumulação de riqueza e de novas formas de expandir a economia, dessa maneira, os europeus trouxeram a concepção de colonizados e colonizadores, sendo a raça o eixo fundante das relações de exploração.

A dimensão racial brasileira foi composta por uma diversidade de grupos étnicos traficados do continente africano que possuíam religiões, organizações de sociedade, línguas completamente diferentes umas das outras e que ao passar do tempo do período de colonização eram inviabilizados no intuito de embranquecimento da população, invalidando e silenciando, violentamente, todo o aspecto cultural advindo de outro continente, sendo condenados aos moldes das leis europeias. Isto significa reconhecer que, a invasão da “nova”⁶ terra se iniciou com a raça, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão, conforme tratado por Nascimento (1974).

Na análise da linha temporal, pode-se elencar que a invasão foi efetivada em 1500 e nos seus 30 anos posteriores, a população negra já fazia completamente parte do comércio escravocrata no país, tratados como objetos e mercadorias, ao serem capturados na África e encaminhados em grandes embarcações reconhecidos na história como, navios negreiros, para serem comercializados no Brasil, garantindo a riqueza e o domínio dos colonizados, nas correntes impostas externa e internamente.

As negociações envolviam várias etapas, eram lentas e com gestos cheios de significados simbólicos. Os navios tinham que pagar taxas de ancoragem, e os capitães ofereciam presentes para os chefes locais ou 5 para os representantes dos reis, que moraram no interior do continente. Estes geralmente eram presenteados com tecidos finos, como brocados, veludos e sedas, com botas de couro, chapéus emplumados, casacos agaloados, punhais e espadas trabalhadas, pipas de bebidas destiladas, cavalos e uma variedade de produtos que indicavam prestígio. (SOUZA, 2008, p. 59)

É legítimo dizer que a comercialização aumentou gradativamente ao longo dos anos, primeiramente com o cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste, a mineração no Sudeste/Centro e após a produção de café no Sul/Sudeste, que necessitavam de mão-de-obra. Assim, a economia reverberava legitimada para além dos senhores, pelas principais instituições como, o Estado e a igreja católica⁷, e divulgados pelos canais de comunicação da época, onde os

⁶ As aspas no termo nova identificam-se pela compreensão de que as terras foram invadidas pelos europeus mas já eram legítimas pelos povos que aqui habitavam.

⁷No início do período colonial, os interesses do Estado e da Igreja caminhavam praticamente juntos, não de modo a subjugar as populações indígenas e africanas, mas com o intuito de converter os pagãos ao

negociantes anunciavam nos jornais a venda daqueles que foram escravizados, sendo também um símbolo de riqueza e ascensão social para os colonizadores, enfatizado pelo Instituto da Mulher negra - Geledés⁸ (2012) o escravo⁹ era visto na sociedade colonial também como símbolo do poder e do prestígio dos senhores, cuja importância social era avaliada pelo número de escravos que possuíam. Foram longos anos de uma realidade brutal, consubstanciada na exploração e a violência física, psicológica, sexual.

Depois de capturados, em sua terra de origem, os que seriam vendidos, eram ligados, uns aos outros com elos de ferro que impediam as possíveis tentativas de fuga. Iniciavam a marcha até o porto, muitas vezes açotados. O alimento e a água eram insuficientes, pois não se podia gastar muito tempo para alimentação, diante da pressa dos compradores. Os maus tratos e indiferença por suas vidas ocasionavam muitas mortes pelo caminho. Essas, quando ocorriam, o cadáver era desprendido da argola de ferro e jogado em um ponto qualquer do caminho. Os que sobreviviam eram levados ao navio, atirados nos porões onde os espaços eram mínimos e tão escuros que não se sabia se era dia ou noite. A média de escravos em cada porão dos navios negreiros eram de 440 pessoas. (LIMA, 2010, p.5)

Séculos de corpos violados vivendo em senzalas, separados de seus familiares e da sua cultura, que, mesmo após a abolição, seguiram segregados em todos os âmbitos, sendo o Brasil, o último país do continente americano a abolir o período escravista, em 1888. Desse modo, “não soa estranho que o processo iniciado com a supressão do tráfico de africanos e culminando com o abolicionismo estivesse integrado ao processo político.” (NASCIMENTO, 1974, p. 68). A dominação da colonização não se findou com a dependência dos países colonizados, durante um longo período obteve-se como a base da economia do país a divisão de dois pólos de hierarquia social, o senhor de terras e aqueles que tiveram os seus corpos escravizados.

cristianismo [...] A Igreja católica justificou durante séculos a escravização dos negros africanos, tratando-os como filhos menores de Deus, criaturas num estágio intermediário entre o homem branco e os animais, que deviam passar pelo sofrimento do cativo como penitência necessária para alcançar o reino dos Céus. (NERES, CARDOSO, MARKUNAS, 1997, p. 60).

⁸ Fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Posiciona-se também contra as demais formas de discriminação que limitam a realização plena da cidadania, tais como: a lesbofobia, a homofobia, a transfobia, a bifobia, os preconceitos regionais, a intolerância religiosa, opinião e de classe social. Desta perspectiva, as áreas prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas. (GELEDÉS, 2021)

⁹ Aborda-se os escravos pela referência citada, mas enfatiza-se a compreensão de que o termo, são pessoas que foram escravizadas, visto que “ninguém nasce escravo, é assim transformado em uma ordem escravocrata, pois a escravidão não é um fato natural é uma condição social imposta.” (SILVA, 2011, p. 4)

Seguindo na linha temporal e adentrando no período em que findou juridicamente o escravismo, o século XVIII foi marcado por algumas leis, tais como: a Lei do Ventre Livre¹⁰, Lei do S exagenário¹¹, Lei Eusébio de Queiroz¹², Lei de Terras¹³. Legislações que eram facilmente burladas e sem amparo Estatal para a efetivação. Na Lei de terras, por exemplo, a obrigatoriedade de compra tornou-se ainda mais difícil que, mesmo sendo juridicamente livres, fosse possível à população negra adquirir uma aquisição de grande porte, na perspectiva de que não se tinha terras para sua subsistência ou outras possibilidades para o sustento, concentrando-se nas margens e constituindo as periferias.

Juntamente com estas outorgadas, bem como, posteriormente, no ano em que ocorreu a “abolição” do período escravista com a outorgação da Lei Áurea¹⁴, que apesar de ser uma data jurídica marcante na história, *“hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim, é o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos”* (JESUS, 1960, p. 30), confirmou-se o quanto a barbárie persistiria. Sendo que, a abolição, estruturalmente, não foi verídica. A economia pulsava por novas maneiras de obtenção de lucro, enxergava-se a emergência do capitalismo mercantil com o início da revolução industrial, já que, todos os outros continentes haviam dado início a essa nova organização da estrutura econômica e social.

As mudanças ocorridas com a abolição da escravatura não representaram, pois, mera transformação na condição jurídica do trabalhador; elas implicaram transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica. Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, em termos de substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador. (MARTINS, 1998, p.17-18)

Dessa forma, com base nas discussões históricas, a denominada Lei Áurea só foi decretada pela pressão da conjuntura mundial que culminou, e a sua materialização foi um assassinato

¹⁰ Libertava da escravidão os filhos de escravos nascidos após a publicação

¹¹ Libertava os maiores de 60 anos (era quase nulo o número de pessoas escravizadas que viveram por mais que 30 anos)

¹² Proibia o tráfico negreiro

¹³ Proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra

¹⁴ Declarava extinta juridicamente a escravidão no Brasil

em massa, “a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres.” (NASCIMENTO, 1978, p. 65).

A afirmativa contempla-se na percepção de que não foram elaboradas leis que contribuíssem para combater esse abismo, e tampouco, promoveu uma transformação social que garantisse a inserção digna e com direitos igualitários à população negra na sociedade brasileira, assim como, a visibilidade dessa população. Ao contrário, a libertação agregou-se a novas roupagens de marginalização e pauperização, sem qualquer respaldo social, político e econômico. Com séculos de exploração não há forma das marcas não ficarem registradas, o racismo é estrutural, como dialoga as passagens da obra *Quarto de Despejo*:

Choveu, esfriou. E o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual — a fome! (JESUS, 1960, p. 32)

Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela o quintal onde jogam os lixos. [...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. (JESUS, 1960, p. 32 - 37)

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata (JESUS, 1960, p. 108)

Os escritos de Carolina, consumados há um século após a outorgação da Lei, permitem refletir os vestígios de mais de três séculos de extrema violência que se transformam na estrutura social racista que se tem no presente, em que “as relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências, desse passado escravista. Quer no nível de dominação, ou de subordinação” (MOURA, 1986, p. 13). Configurando a segregação e invisibilidade da identidade e dos direitos escorados à ordem social emergente, na perspectiva de manter o poder à classe dominante. A população negra brasileira foi imposta às margens em todas as esferas sociais “livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela”¹⁵, a partir do momento em que as Leis outorgadas eram apenas ferramentas sem nenhuma garantia que visasse a

¹⁵ Trecho do samba enredo do carnaval de 1988 do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, escrito por Hélio Turco, Jurandir e Alvinho, “100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão?”. Como a denominação do samba menciona, neste ano a Mangueira problematizou os 100 anos da assinatura da Lei Áurea, abordando que, a liberdade seria apenas uma ilusão.

distribuição igualitária de tudo o que havia sido conquistado com a própria mão-de-obra daqueles que foram escravizados. Fato que permite ainda nos dias atuais, visualizar-se no cotidiano da população negra os vestígios da colonização e de uma falsa abolição em que o opressor prosseguiu controlando os corpos negros e a galope disseminando a desigualdade social, tal qual citou Carolina de Jesus: “*Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.*” (JESUS, 1960, p. 32 - 37)

Todavia, cabe salientar que, a história do negro no Brasil não se constituiu somente de barbárie, onde também ocorreram movimentos de resistência contra a realidade imposta. Como a exemplificação dos quilombos que embora referenciado de forma racista na história como uma fuga de ataque à ordem social vigente, relacionado à violência, inclusive em concordância com o dicionário da língua portuguesa de Aurélio Ferreira que traz o significado como “Quilombo: Valhacouto de escravos fugidos” - reforçando a ideiação da população negra como seres primitivos - estava para muito além e foram/são¹⁶ movimentos extremamente essenciais como uma forma de luta contra o período escravista, em reação ao ataque da ordem e a busca pela garantia da vida comunitária. Em que Nascimento (1974) refere que se trata de “uma atitude dos negros para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que ele se apresenta como assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural.” (NASCIMENTO, 1974, p.119)

Desta forma, os quilombos com o seu caráter libertário foram a afirmação racial e cultural da população negra no Brasil, presente em praticamente todas as regiões. A organização de um modo que não se relacionasse ao estabelecido pela colônia, uma estrutura social de resistência e autonomia, no objetivo de existir exercendo o seu modo de vida. Tornando-se uma das primeiras maneiras de demarcar essa territorialidade com relações que fossem identitárias no sentido de reivindicarem seus direitos de liberdade e luta política e social “frente ao cenário de desigualdades raciais e imposição da lógica colonial” (FERNANDES, CORRÊA, 2023, p.1), e caminham juntos com os acontecimentos históricos de grande significação para a historiografia do país, ligado a diversos movimentos sociais da demanda do cultivo nos territórios a ancestralidade negra, presentes no atual cenário, a partir da cultura de matriz africana.

¹⁶ Promulgado em 05 de outubro de 1988 no artigo 68 da Constituição Brasileira “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.” (BRASIL, 1988), sendo assim, legalmente um direito de todos e dever do Estado a emissão.

Por outro lado, ainda com a resistência dos povos escravizados, tais como os negros e indígenas, o Brasil Colônia prosperou e os direitos permaneceram não garantidos com a população negra sendo posta “à margem da história como sujeito e visto apenas como um objeto, mesmo após o término do regime escravista.” (SILVA, 2011, p.6). Definindo assim, a naturalização atual das violações de direitos à essa população, mascarados no cotidiano de cada cidadão na tentativa de ser imperceptível. Situação que persiste, instaurada para sustentar a base econômica que é o sistema capitalista que se junta com o racismo e o patriarcado para se fortalecer.

Não obstante, partindo do pressuposto que a ligação entre as desigualdades advindas do capitalismo, entrelaçado ao racismo e patriarcado, dialoga com a naturalização das violações de direitos das mulheres negras, aproxima-se do aprofundamento mais específico da posição/papel imposto à mulher na sociedade brasileira, de maneira que, também faz parte da formação sócio-histórica do país. A exposição acima tornou fundamentalmente possível a apropriação da raça enquanto eixo fundante das relações de dominação, entretanto, a sociedade colonial e pós também se revestiu de um caráter patriarcal que emaranhou toda a estrutura, refletindo sobre a posição da mulher. A reflexão sobre a dimensão sócio-histórica transfigura-se nítido que, desde o princípio têm-se estruturas que, propositalmente, foram tornando-se bases para que o sistema capitalista pudesse constituir e manter a dominação da classe trabalhadora, que se materializa nos meandros das relações sociais de classe, raça/etnia e gênero. Em relação a isto, conceber a imbricação do racismo e do patriarcado enquanto estruturantes do sistema evidenciam as contradições na necessidade do sistema burguês em transformar o ser humano em objeto de acumulação e exploração, no olhar do processo colonizador que reverbera no presente, naturalizando também o patriarcado que coloca as mulheres em situação de dominação pelos homens. E mais, o diálogo e a crítica indo ao encontro da óptica feminista, no campo materialista histórico-dialético, permite o aperfeiçoamento do entendimento da dominação no interior do sistema capitalista para pensar-se nos tempos atuais a partir do contexto histórico.

Desde o período escravista percebe-se a diferenciação para além da raça, dos papéis das mulheres e dos homens na sociedade, embora os estudos da história camuflam esta realidade não abordando a pauta, principalmente, no que diz respeito às mulheres negras. Não se visualizava as mulheres como sujeitos históricos e políticos fundamentais para a construção social. Logo, a inferiorização da mulher era permanente, sendo elas, no caso das mulheres brancas, definidas propriedades dos seus pais e após, de seus maridos.

As mulheres brancas da época escravocrata apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação, ao poder do patriarca, aliando à ignorância uma imensa imaturidade. Casavam-se, via de regra, tão jovens que aos vinte anos eram praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido (SAFFIOTI, 1976, p. 91)

Em um contexto completamente de passividade e submissão, em que as escolhas da sua vida eram impostas unicamente pelos homens. Como por exemplo, em relação a aquisição de poder, como o da apropriação de terras que traziam o papel de ascensão na sociedade, visto que, a responsabilidade e a posse dava-se somente aos homens e o papel da mulher (branca) tornava-se exclusivamente para as atividades voltadas aos cuidados internos, como maternidade e tarefas domésticas, na perspectiva de cuidado e reprodução, assegurando a autoridade masculina, em todas as esferas.

Todavia, mesmo que se reconheça a desigualdade advinda da relação de gênero, salienta-se que as relações sociais são interseccionadas e compreende-se que a vida das mulheres negras, comparada com a de outras mulheres, eram e são bastante desiguais. As mulheres negras, para além de sofrerem com o processo de escravização de seus corpos, na força de trabalho escravista, no sentido de que, exerciam os mesmos serviços que os homens negros, faziam grande parte do papel de cuidado dos filhos das mulheres brancas, sendo sobrecarregadas a todos os afazeres das terras e, para mais, eram vistas pelos homens brancos como objeto de exploração sexual, sendo diariamente violentadas e estupradas. Angela Davis (2016) refere:

[...] A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas [...] Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 25 e 26)

Definindo-as na situação de pessoas negras mercadorias centrais, ou seja, mesmo o homem negro fosse mais rentável financeiramente, as mulheres negras sofriam níveis de exploração indescritíveis. E assim, constituiu uma hierarquia de poder para além das relações étnico-raciais, conjugando-se ao gênero e a classe, oferecendo as bases para criação de uma

sociedade estruturalmente desigual, nessa amarra entre o patriarcado e racismo, fortalecendo a supremacia masculina e branca que se mantém na atual conjuntura, passível a exemplificação no trecho de Carolina de Jesus, que diante do seu contexto social apontou: “*mas eu não gosto de negociar com portugueses. Eles não tem educação*¹⁷. São obscenos, pornográficos e estúpidos. Quando procura uma preta é pensando explora-la.” (JESUS, 1960, p. 93). Assim dizendo, como a base de pensamento de Cisne, Ianael (2022) criou-se uma espécie de pirâmide social, cujo homens brancos ocupam a primeira posição e as mulheres negras desde o princípio permanecem em sua base. Estrutura que foi construída socialmente e não naturalmente.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. [...] enfim, o mundo é como o branco quer e não sou branca. (JESUS, 1960, p 64-70)

Ao encontro disso, o conceito de patriarcado compôs-se junto com a sociedade de classes, interligando a formação de uma sociedade constituída com marcos escravocratas. As mulheres carregam uma carga histórica de preconceito, sendo as mulheres negras duplamente discriminadas, tratando como um elemento essencial para a formação social que continuou prosperando com a globalização e o capitalismo, assumindo várias faces na história do país.

Após a abolição, com a falsa concepção de liberdade de toda a população, a subsistência se fez notar como modelo nas famílias, em que se considera o local de trabalho o ambiente familiar, voltada às atividades no campo. Diante deste contexto, as mulheres e os homens, embora com tarefas completamente diferentes, como já mencionado, ainda não estavam intrínsecos a relação da produção de lucro e de dependência financeira, por conseguinte, o valor da diferenciação desses papéis não se fazia presente.

Com o início da industrialização e do trabalho assalariado a conjuntura foi caminhando ao encontro dos moldes do capitalismo, e consequentemente, a demarcação do patriarcado como modelo estrutural tornava-se mais nítido. Os homens passaram a ter suas vidas fora do campo, adentrando no trabalho assalariado nas fábricas e assim, o seu papel social estava determinado. Seria ele o responsável pela renda familiar e o seu sustento, ou seja, as mulheres tornavam-se dependentes economicamente dos homens. De maneira que, a indústria era essencial para o capitalismo, mantinha-se como o local de produção de valor e extração da mais-valia; e o trabalho no domicílio das mulheres não produzia valor, reforçando gradualmente a opressão das mulheres que estavam pré-determinadas ao trabalho reprodutivo

¹⁷ A ortografia não condiz com a norma ortográfica brasileira para manter a originalidade da obra e exaltar a escrita de Carolina de Jesus.

(trabalho doméstico). Configurando-se na masculinização do trabalho e a divisão da classe trabalhadora pelo capital entre homens e mulheres, como efeito, a atribuição de posições assimétricas entre o feminino e masculino, que são componentes da produção e da reprodução e das divisões socialmente construídas, da maneira que expôs Alves (2018):

A produção na sociedade de classes depende da formação de uma força de trabalho que inclui alguns elementos e segrega outros. Essa seleção, por sua vez, depende fundamentalmente das atribuições de status baseadas em sexo, idade e raça, na medida em que são esses os fatores que determinam quem ocupará lugares na produção e quem ficará subalternizado ou excluído nesse processo. (ALVES, 2018, p. 5)

Dialogando com o que apontou Saffioti (1969) a estratificação social é um catalisador das tensões sociais na ordem capitalista. É cabível frisar que na abordagem dessa compreensão, o trabalho é para mais do que produção de valor. “O trabalho foi redefinido e mudou de estatuto: de uma simples produção de objetos, de bens, ele se transformou no que alguns chamam de produção do viver em sociedade [...] trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transformar-se a si mesmo. O trabalho torna-se assim uma atividade política.” (Kergoat, 2016, p. 18). O resultado do trabalho é então um processo teleológico, “ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ao mesmo tempo realiza, no elemento natural, sua própria finalidade” (MARX, LUKÁCS, 1979, p. 16). Sendo uma atividade unicamente humana, visto que o homem é o ser que consegue, racionalmente, transformar a natureza. Da forma que se apropria Marx, mesmo que racionais, diante da sua existência os homens entram em relações que são determinadas e alheias a suas vontades. Nisto, a importância de pensar o trabalho enquanto categoria.

Essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Na sequência dos fatos, viu-se uma necessidade econômica das mulheres e as crianças também fazerem parte da classe trabalhadora assalariada, com o objetivo de aumentar a extração da mais-valia que devido a baixa remuneração dos homens, não estava sendo tão lucrativo para a burguesia. Sem embargo, a subordinação social apareceu expressiva principalmente nos baixos salários, assim como direitos sociais, políticos e sexuais das

mulheres quase inexistentes, de modo que, ”a divisão entre o público e o privado, que o sistema capitalista aprofunda como necessidade fundamental para a produção de mercadorias, afastava as mulheres do espaço público e alijava-as da vida política” (SOUZA, 2015, p. 7).

Mencionado por Marx (1988):

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. (MARX, 1988, p. 8)

Deste modo, parafraseando Souza (2015) a indústria capitalista engendra novas relações econômicas na medida da sua necessidade de lucro, passível ao desenvolvimento e enriquecimento da burguesia, engendrando também relações pessoais que se moldam e trazem modificações significativas, neste caso, na vida das mulheres, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe. As mulheres iniciaram a sua participação na indústria, porém, ainda assim continuaram com o trabalho doméstico e setores de serviços que se uniam a essa perspectiva de trabalho, dando um lugar às relações de gênero que se tornou tão expressivo quanto a dinâmica do capital, juntamente com as relações étnico-raciais. Do modo que Alves (2018) pontuou:

Nesse sentido, o trabalho das mulheres é trabalho explorado e expropriado, na medida em que elas são força de trabalho disponível para o capital e que as tarefas destinadas à reprodução da própria força de trabalho como cozinhar, lavar, cuidar de crianças, são classificadas socialmente como femininas. A expropriação e a exploração das mulheres na divisão do trabalho sob o capitalismo deixam claro que a figura clássica do trabalhador livre não pode ser definida estritamente pelo masculino. (ALVES, 2018, p. 8)

A compreensão do patriarcado ganhou estrutura ao decorrer dos anos e da evolução social e industrial onde se deu o ponto de partida do movimento das mulheres (ainda que de forma fragmentada realizado por mulheres brancas de classe média alta, sendo escassa a participação de mulheres negras e de classe popular) com objetivo de reivindicar partes dessa estrutura, as condições político-econômicas e as classes sociais, em lutas de acordo com cada período histórico. Entretanto, tais lutas ainda que essenciais à consciência que possui-se atualmente, enfrentavam barreiras por estarem travadas nos limites impostos pela conjuntura patriarcal, o que tornou permanente a influência do patriarcado na estruturação da sociedade de classes, de tal modo que, “certas mudanças só podem ser efetuadas junto com a mudança revolucionária; a saber, a construção da emancipação humana só pode ser concebida em um

horizonte que inclua a superação das classes” (SOUZA, 2015, p. 12).

Contudo, na análise ao transcorrer dos fatos históricos citados aqui, torna-se evidente que a cada movimentação a hierarquização e a segregação entre raça, classe e gênero faziam-se perceptíveis e naturalizadas para o fortalecimento do capital, como persiste no presente momento. Neste sentido, a apropriação do contexto sócio-histórico e sua formação faz possível o entendimento da conjuntura e do porquê ela persiste unificada nas desigualdades sociais, ou seja, é primordial para entender a gênese da questão social. Possibilitando assim, a base para a continuidade das reflexões que visam o aprofundamento dessas expressões, com ênfase na condição das mulheres negras na sociedade capitalista.

2.2 “Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista”: a mulher negra na sociedade brasileira contemporânea

Na passagem da obra que denomina este tópico do trabalho, Carolina é questionada por um sapateiro sobre o teor do diário que ela estava construindo, o classificando como comunista. Na conversa, Carolina aponta que, na verdade, o livro é realista e o sapateiro aborda que não seria aconselhável escrever a realidade. Ao refletir sobre este diálogo evidencia-se questões que estão intrínsecas na sociedade, em que as condições das mulheres negras não têm a visibilidade que deveriam, porque trazer essa pauta daria margem à consciência da presença do racismo estrutural e das violações de direitos que estas mulheres sofrem cotidianamente no Brasil. Ao encontro disso, em diálogo com Carolina, entende-se como crucial a exposição do que está enraizado no cotidiano a partir de um olhar crítico com o objetivo de captar que, a consciência sobre a vida como ela é, indica o início da construção do caminho para como ela deveria ser, com uma sociedade sem classes.

Adverso ao que se busca, diante de uma sociedade constituída através do racismo e do patriarcado como já supracitado, entende-se que o gênero reunido ao patriarcado advém das relações de poder da vida social que desenvolve essa posição de inferioridade da mulher sob o homem e é classificado assim como parte das relações sociais presente no sistema burguês conectados com a lógica de acumulação do capital. Saffioti (1969) menciona que o processo de marginalização das mulheres jogando-as ao trabalho parcial, com baixa remuneração ou a posição exclusiva dos cuidados das tarefas domésticas, garante o pleno desenvolvimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, da estratificação social, já que, a mulher afastada do mundo produtivo, com extração de mais-valia, “fica unicamente disponível às tarefas de

reprodução, produzindo na linguagem da burguesia as gerações atuais e futuras de trabalhadores assalariados.” (ALVES, 2018, p.4).

Para mais, como bem expôs a socióloga brasileira Heleieth Saffioti “os processos de subjetivação - objetivação estão constantemente sujeitos a capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte dos sujeitos, não somente em virtude da sociedade estar dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e raça/etnia.” (SAFFIOTI, 1997, p. 61). Nesta perspectiva, segundo Araújo (2000) o conceito de gênero incorpora as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, ultrapassando as fronteiras materiais e as conformações biológicas. Ao encontro dessa lógica, pode-se dizer que os estudos de gênero são subsídios teórico-metodológico que trazem em ênfase a problematização das formas de dominação, sendo assim, uma categoria que possibilita a análise da construção social sob as diferenças da sexualidade, indo para além das relações de classe, potencializando a apreensão da complexidade das relações sociais, antagonismos fundamentais que se entrelaçam e colocam em relevo as contradições próprias de cada ordenamento dessas relações.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2004, p.125)

Logo, o novo apontado pela autora, entre o patriarcado-racismo-capitalismo proporciona a compreensão da importância da interseccionalidade¹⁸ que deve ser permanente no estudo com base na totalidade no materialismo histórico-dialético, viabilizando a análise crítica dessas relações sociais. Não se faz possível apropriar-se da condição da mulher na sociedade brasileira, sem ultrapassar os limites do patriarcado como universal, e, assim, apontar as relações étnico-raciais presentes nesse emaranhado. “O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras,

¹⁸ O conceito de interseccionalidade refere-se à maneira como múltiplos eixos de opressão atravessam e afetam a existência de membros de diversos grupos sociais. A perspectiva interseccional nos ajuda a compreender os sentidos da opressão em contextos delimitados, reservando um lugar essencial à raça e etnia por serem marcadores fundamentais na construção da chamada modernidade colonial. (ALVES, 2018, p. 13). Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras - são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. (COLLINS, 2021)

marginalizando-as como mulheres e reduzindo-as à sua raça” (ALVES, 2018, p. 12). E entender que, a mulher negra é duplamente discriminada, por ter um corpo marcado pelo gênero, pela raça e consubstancialmente pela classe. Relações constitutivas uma da outra e estruturantes que estabelece a quebra das barreiras às explorações e opressões, com as violações de direitos marcadas na vida dessas mulheres, do nascimento até a morte, que as reduzem enquanto objetos controláveis do sistema.

Para materializar tais afirmativas, caminhando à luz da óptica de Carolina de Jesus quando se mergulha no cotidiano da mulher negra brasileira afoga-se nas desigualdades sociais que a cada hora do dia faz-se escancarada. Sabe-se que, o *Diário de uma Favelada*, como a autora denominava sua obra, foi realizado em um contexto descoincidente ao que diz respeito à concepção de direitos comparado com o tempo presente, bem como, a busca por um Estado Democrático de Direito. Em 1960, os direitos não eram promulgados pela Constituição Federal como dever do Estado e a idealização de uma sociedade justa e igualitária tampouco era debatida. Todavia, mesmo após esse avanço federativo, da carta magna de 1988, que marca a retomada da democracia no País, trazendo no seu Artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988), continuou-se nos moldes do capital que não permite que a liberdade e a igualdade façam-se permanentes, já que, o capitalismo é um sistema incompatível com a igualdade. E com isso corrobora-se com Audálio Dantas¹⁹ no prefácio do diário, ao dizer que “*o Quarto de Despejo não é um livro de ontem, é de hoje, Os Quartos de Despejo, multiplicados, estão transbordando*” (Audálio Dantas, 1993, s/p) com a mesma abordagem das práticas racistas e as violações de direitos legitimadas no âmbito estatal e social, que perpassava a vida de Carolina em 1950-60. Ser mulher negra é estar consequentemente amarrada às violações de direitos, a discriminação, a

¹⁹ Audálio Dantas foi um escritor, poeta e jornalista brasileiro, responsável pela primeira edição do livro *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus. “Para os leitores desta edição de *Quarto de despejo*, é preciso que eu me apresente. Entrei na história deste livro como jornalista, verde ainda, com a emoção e a certeza de quem acreditava poder mudar o mundo. Ou, pelo menos, a favela do Canindé e outras favelas espalhadas pelo Brasil. Repórter, fui encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia na beira do rio Tietê, no bairro do Canindé. Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que, na hora, desisti de escrever a reportagem. A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão de dentro da favela. Da reportagem - reprodução de trechos do diário - publicada na *Folha da Noite*, em 1958, e mais tarde (1959) na revista *O Cruzeiro*, chegou-se ao livro, em 1960. Fui o responsável pelo que se chama edição de texto. Li todos aqueles vinte cadernos que continham o dia-a-dia de Carolina e de seus companheiros de triste viagem.” (DANTAS, 1993.)

solidão e a subalternidade, possuindo a sua vida controlada por um ciclo de inferiorização e segregação social.

No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. Quiz saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliqueis-lhe que a mãe dos meninos havia dado-me uns jornaes. Era este o motivo da minha presença no elevador. Perguntei-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (JESUS, 1960, p. 111)

Carneiro (2010) define a naturalização das desigualdades de direitos como característica da prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, em vista da forma em que a sociedade foi constituída através de uma carga histórica que traz marcas propositais, sendo elas, racistas. Isto posto, a autora cita que algumas pessoas estão consolidadas no imaginário social como “portadores de humanidade incompleta” (CARNEIRO, 2010, p. 14). E, a exposição do fato na referência acima do diário de Carolina dialoga com essa concepção de Sueli Carneiro. Identifica-se não apenas nesse fragmento, mas como em toda a sua escrita, o quanto Carolina questionava-se sobre a sua condição humana, com o entendimento de que estava limitada a ocupar certos espaços, “*não estava em condições de andar no elevador*” (JESUS, 1960, p. 111). A escritora compreendia que não poderia estar frequentando o mesmo ambiente que o de um homem branco de classe média alta, pela sua posição social enquanto mulher, negra e periférica. E os olhares de estranheza que encarava todas as vezes que saía do *Quarto de Despejo e ia ao encontro da Sala de Visitas* confirmavam a sua percepção, pois relacionavam-se exatamente a sua essência enquanto mulher negra. Como explicitado por Angela Davis, a raça é a maneira como a classe é vivida. A cor da pele atravessada pelo corpo de Carolina de Jesus, assim como de majoritariamente todos que residiam na favela do Canindé²⁰, determinava a cada passo os locais que aceitavam a sua permanência, sendo negativo sempre que estava fora da margem social. Por consequência, levantar a reflexão acerca dos mais diversos âmbitos que o racismo e as violações de direitos permeiam e se reproduzem de forma institucional e estrutural salienta a conexão de que a questão social é indissociável da questão étnico-racial.

Quantitativamente a sociedade brasileira é majoritariamente negra, os dados provam tal afirmativa. Segundo a PNAD do ano de 2023, as mulheres negras representam um maior número populacional. A população preta e parda totaliza 119,75 milhões de brasileiros e responde por 56% da população, sendo desse número total, 60,6 milhões são mulheres, ou

²⁰ Local em que Carolina de Jesus residia com seus filhos, na rua A, barraco n.º 9. Uma favela que se expandia na beira do rio Tietê, no bairro do Canindé, em São Paulo, que foi desocupada em meados dos anos 1960 para a construção da Marginal do Tietê.

seja, mais de 28% da população, concentradas em maiores parcelas nas regiões Sudeste e Nordeste, e seguindo a pesquisa realizada pelo IPEA (2013), em 2009, 51,1% famílias se declararam chefiadas por mulheres negras²¹. A análise destes dados, consente as contradições que estão vigentes em todos os espaços e demonstram exatamente a linha que segue o capital, em que as riquezas não são proporcionalmente distribuídas. Ser quantitativamente maioria não corresponde à estar com os direitos garantidos e longe da pauperização. A consumação do racismo existe de forma sistêmica, “podemos afirmar que racismo é um mecanismo de dominação que incide em todos os espaços da vida do povo negro desse país. O lugar do negro é aquele no qual a precariedade faz parte do cenário, como se esse ambiente constituísse o lugar natural.” (SOUZA, 2023, p. 52). No capitalismo a possibilidade da construção de pontes à aproximação das realidades de toda a população brasileira é apenas um ideal imaginário, o que se corporifica quando se pensa no acesso aos direitos básicos e fundamentais.

A educação encontra-se como fundamental ao desenvolvimento e processo formativo, seja humano e social, configurada como uma política pública, e sendo assim, um dever do Estado a garantia do seu acesso de forma igualitária. Visualiza-se para mais, como uma ferramenta que possui a sua função social, conectada com as relações sociais, a partir na concepção de abrir portas para o início²² da superação das desigualdades, através do pensamento analítico e disponibiliza a possibilidade de ascensão social, em relação a hierarquização socioeconômica, interligada em direção ao acesso aos demais direitos, como emprego, moradia, segurança alimentar, bem como, a diminuição da exposição da violência, de maneira que, torna-se um ambiente seguro. “*Eu nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingencias da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou meu carater*” (JESUS, 1960, p. 48). Entretanto, assim, como Carolina, inúmeras mulheres negras são impossibilitadas de buscar este sonho, não é impensadamente que na exploração dos dados o nível de desigualdade seja tão gradativo, o sistema educacional privilegia a população branca no acesso à educação no Brasil, “A taxa de analfabetismo entre as mulheres negras é mais de

²¹ Carolina de Jesus classificou-se enquanto mulher negra chefe de família, no tocante da solidão da mulher negra e mencionou tal fato em diversas passagens do seu diário. Como exemplificado nestas: “Refleti: preciso ser tolerante com os meu filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar [...] E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai [...]. Dia do Papai. Um dia sem graça”. (JESUS, 1960, p. 22, 66 - 108)

²² Início pois, possui-se a clareza de que, as desigualdades somente serão superadas efetivamente a partir da construção de uma nova ordem societária

duas vezes a observada entre as mulheres negras. “Em 2022, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras foi de 6,9%, enquanto para as mulheres brancas foi de 3,4%.”(BRASIL, 2023). A média de anos de estudo das mulheres negras é 7, enquanto a das mulheres brancas é 10. Ainda que esteja melhor do que nos anos passados, em se tratando da educação profissional pública, por exemplo, com o decreto do Programa Federal de Ações Afirmativas²³ (PFAA) e a Lei nº 14.723, de 13 de Novembro de 2023²⁴ que se identificam enquanto ferramentas importantes para a efetivação de políticas públicas que garantam o acesso, os números seguem discrepantes.

O percentual de estudantes negras e negros também teve aumento considerável, saindo de 34,2% em 2003 para 51,2% em 2018. Assim, altera-se também a participação percentual da população negra no total de estudantes do ensino superior. Em 2001, as pessoas negras respondiam por 22% dos estudantes matriculados nesse nível de ensino e em 2015, por 43,7%. Quando olhamos apenas para as mulheres, a participação das mulheres negras sai de 22,3% em 2012 para 28% em 2017 e, embora muito tardiamente, se iguala, praticamente, à participação das mulheres brancas, que cai de mais de 34% para 28,9% (SILVA, 2020, s/p).

No entanto, “a discriminação racial passou a excluir de ocupações mais nobres aqueles que, depois de muito esforço, haviam alcançado maior renda e escolaridade. O bloqueio à ascensão social tende a continuar crescendo no país, sobretudo para a população negra, mesmo quando esta alcança maior escolaridade.” (POCHMANN, 2006, p. 65). De modo que, a população negra encontra barreiras não somente ao ingresso na educação, como também à permanência e à qualidade. E quando o obstáculo do ingresso já não é possível de ser atravessado, as perspectivas de ascensão anulam-se e a contradição é permanente. O mercado de trabalho exige qualificação e o Estado não garante que todos tenham acesso à essa educação, o que é um projeto. Sabe-se assim, quem fica dentro da dinâmica de exploração e longe da acumulação. Como citado por Carolina, que não teve oportunidade de concluir a educação básica, destarte, o desemprego persistiu durante a sua trajetória. Da maneira que fica

²³ Tem o objetivo de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres. Art. 3º São princípios do PFAA: I - a transversalidade, a interseccionalidade e a intersetorialidade nas políticas públicas na perspectiva de gênero, de raça, de etnia e de pessoas com deficiência; Art. 4º São objetivos do PFAA: I - promover a inclusão de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade; II - valorizar a contribuição histórica de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres na formação da sociedade brasileira; VII - promover ambiente favorável à inovação, com vistas ao desenvolvimento e à disseminação de soluções para a promoção da diversidade, da equidade e da inclusão na gestão organizacional e na formulação e implementação de políticas públicas; (DECRETO Nº 11.785/2023)

²⁴ Dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

transparente no seu diário. “*Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo e estou sempre em falta*” (JESUS, 1960, p. 12).

Aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nosso desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida (JESUS, 1960, p. 11)

Eu catava os ferros para vender. Agora, o carro que faz a coleta, antes de iniciar a coleta vem na rua Paulino Guimarães e pega o lixo e põe no carro. Nogentos. Egoístas. Eles já tem emprego, tem hospital, farmácia, médicos. E ainda vende no ferro velho tudo que encontra no lixo. Podia deixar os ferros para mim. (JESUS, 1960, p. 119)

Assim como, segundo os dados do IBGE (2019), 48% das mulheres negras, ocupavam cargos sem direitos trabalhistas. De acordo com Nascimento (2014), que colocou em xeque a discussão acerca da precarização do trabalho feminino, as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho têm gerado condições cada vez mais flexíveis às mulheres, e conseqüentemente, a perda dos direitos e garantias. Realidade que se torna ainda mais gritante quando se debruça sobre a vida das mulheres negras neste contexto, como apontado também nos mesmos dados retirados do IBGE (2019), que comparado com o de mulheres brancas, o índice diminui para 35%. “A informalidade no mercado de trabalho geralmente é associada ao trabalho precário e à falta de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e a aposentadoria” (IBGE, 2019). Constata-se que as desigualdades de gênero e étnico-raciais construídas socialmente e culturalmente são fundamentais à existência desta porcentagem, configurando os espaços que serão ocupados pelos homens brancos e as mulheres negras, e definindo o espaço privado para as mulheres e a esfera pública para os homens, desigualdades incorporadas pelo “capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social” (NASCIMENTO, 2014, p. 3).

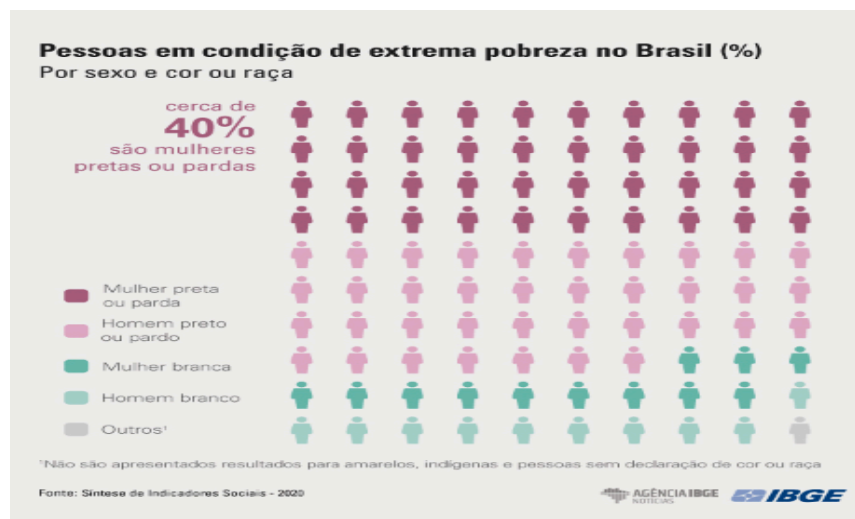
A identidade da mulher como trabalhadora, portanto, vai estar sempre associada a seu papel de reprodutora. Essa imagem básica, originária da mulher, família, mãe, dona de casa vai estar sempre na frente. O trabalho, por exemplo, é tratado no masculino e o trabalho produtivo é feito pelos trabalhadores. É ao homem que se associa a imagem de trabalhador, de provedor da família.. (CARLOTO, 2008, p. 4)

Ademais, a fragilidade da inserção destas leis trabalhistas nesse cenário de precarização reduz o trabalho feminino a maior participação nos setores associados ao trabalho doméstico e de cuidados, com a baixas remunerações e cargos informais. Além da sobrecarga de exercer jornadas de trabalho por 24h, trabalhando dentro e fora de casa, demarcando a desigualdade de gênero. Como destacou Carolina de Jesus:

Tenho que levar minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. Refleti: preciso ser tolerante com os meu filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. (JESUS, 1960, p. 22).

“Dos quase 6 milhões de trabalhadores domésticos, mais de 67% são mulheres negras que trabalham sem carteira assinada (75,3%) e sem contribuição para a previdência social (64,7%).” (DIEESE, 2023), igualmente Carolina, circunstância que as coloca em situação de pobreza e extrema pobreza, como mencionado pelo estudo síntese de indicadores sociais do IBGE (2020), entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza, 70% eram negras/os, sendo 40% mulheres. Da forma que expressa o gráfico 1:

Gráfico 1: Pessoas em condição de extrema pobreza no Brasil



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais, 2020 - IBGE

Dessa maneira, percebe-se que a divisão sexual do trabalho²⁵ reforça a precariedade dos postos ocupados por mulheres negras e oportuniza ao capital apropriar-se dessa desigualdade. “A desigualdade e a hierarquia são inerentes à estrutura dos mercados de trabalho. A legitimação de tais propriedades do mercado se dá através da adequação destas às distinções simbólicas e relações socialmente aceitas de domínio e subordinação – o racismo, o sexismo.” (POCHMANN, 1988, p. 196). O mercado de trabalho não se detém apenas ao gênero, mas também à segmentação de raça. Tais processos de precarização do

²⁵ “A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente” (HIRATA, 2002, p. 281).

trabalho, vinculada a lei geral de acumulação, aprofundaram a pauperização da classe trabalhadora.

Em sequência, estar na linha da pobreza e extrema pobreza condiciona as mulheres negras e as segrega também enquanto fatores de habitação. A estruturação das periferias brasileiras organizou-se enquanto produto da dinâmica capitalista, em virtude de refletirem o papel da moradia enquanto mercadoria, que ocasiona a separação social - apesar de atribuir-se a um direito, postulado no Art 6^o²⁶ da Constituição Federal de 1988 - e não é inutilmente que a maior parcela da população residente nas zonas periféricas sejam pessoas negras.

Com relação à composição em termos raciais e de gênero, 67% das pessoas que vivem em favelas são negras, 12% a mais do que a composição total de brasileiros e brasileiras, na qual o percentual é de 55%. Com relação ao gênero, 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69% delas são negras. Portanto, é legítimo afirmar que favelas são territórios essencialmente negros onde prevalece a presença de mulheres negras. (IBASE, 2022, s/p)

E por mais que o território alcance uma forma de transcender a historicidade daqueles que ali habitam, com a questão do pertencimento com raízes e heranças latentes, quando se tratando da margem social, também se constituem enquanto espelho das violações de direitos, sendo assim, uma expressão da questão social. *“Que realidade amarga! Eu nao residia na cidade. Estava na favela. Na lama as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas”* (JESUS, 1960, p. 39)

Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas ao proletarios. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças pauperrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não tem mais ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida. Há de existir alguém lendo o que eu escrevo dirá. isto é mentira! mas, as miserias são reais. O que eu revolto é contra a ganancia dos homens que espremem uns aos outros como se empresse uma laranja. (JESUS, 1960, p. 46)

Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. [...] O preto ficou quieto. Eu vim embora. Quando alguém nos insulta é só falar que é da favela e pronto. Nos deixa em paz. Percebi que nós da favela somos temido. (JESUS, 1960, p. 54-84)

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraizo. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos

²⁶ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 1960, p. 85)

A habitação é uma pauta permanente durante toda a leitura do Diário, onde demonstra-se a marginalização e as condições precárias que a autora enfrentava juntamente com os seus filhos pela invisibilidade da favela comparado com o restante da cidade, sendo inclusive uma alusão a toda a obra, com características específicas da favela de Canindé mas que estão presentes nas periferias de todo o Brasil, deixando demarcado a separação social que inclusive tornou-se o título do livro. Carolina assimilava que, estar no *Quarto de Despejo* era igualmente estar em um local que não importava para o restante da casa e era onde jogavam-se os lixos.

As fragmentações habitacionais fazem cronicamente parte do sistema burguês e está relacionada diretamente à essa diferença de classes, segmentadas nos espaços urbanos. À vista que, a moradia também se faz como parte da mercadoria burguesa. Da forma em que se refere Corrêa (1999) essa divisão sócio-ocupacional possui o papel de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante. “Numa tal sociedade, a crise da habitação não é um acaso, é uma instituição necessária; ela só pode ser eliminada, tal como as suas repercussões para a saúde, etc, se toda a ordem social de que ela decorre for completamente transformada” (ENGELS, 2015, 71). Ou seja, a falta de moradia regular para todos, também é um projeto. E a desigualdade social, assim como, as violações de direitos são perceptíveis nas projeções dos espaços urbanos, no momento em que, alguns pelo poder aquisitivo podem escolher onde e como habitar, e outros ficam a mercê da falta de regularização e precarização habitacional. Sucateamento que afeta diversos outros fatores, já que, a segregação habitacional está diretamente ligada à falta de saneamento básico e segurança alimentar, como exemplificada na rotina de Carolina:

Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava discontente que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo...Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. E linguiça enlatada. Penso: E assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia deganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. (JESUS, 1960, p. 33)

Enquanto eu esperava na fila para ganhar bolachas ia ouvindo as mulheres lamentar-se. Outra mulher reclamava que passou numa casa e pediu uma esmola. A dona da casa mandou esperar (...) A mulher continuou dizendo que a dona da casa surgiu com um embrulho e deu-lhe. Ela não quiz abrir o embrulho perto das colegas, com receio que elas pedissem. Começou pensar. Será um pedaço de queijo? Será carne? Quando ela chegou em casa a primeira coisa que fez, foi desfazer o embrulho

porque a curiosidade é amiga das mulheres. Quando desfez o embrulho viu que eram ratos mortos. (JESUS, 1960, p. 66)

Levantei de mau humor e fui atender. Era o senhor Dario. Um senhor que eu fiquei conhecendo na eleição. Eu mandei o senhor Dario entrar. Mas fiquei com vergonha. O vaso noturno estava cheio. ...O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada. (JESUS, 1960, p. 147)

Fatos que, para mais, influenciam propriamente na saúde da mulher negra e as violentam constantemente. Outrossim, é unânime, diante do debate crítico do contexto imposto pelo capital, a importância de frisar que, enlaçadas ao estado de vulnerabilidade constante, as mulheres negras são apagadas consubstancialmente no acesso à política de saúde.

Na literatura de Carolina, apreende-se a carência gritante do Sistema Único de Saúde (SUS)²⁷: *“Graças a Deus que atualmente os Santos estão protegendo. Porque não sobra dinheiro para eu ir no médico”* e *“Estou nervosa com medo da Vera piorar, porque o dinheiro que eu tenho não dá para pagar medico. (...) Hoje eu estou rezando e pedindo a Deus para a Vera melhorar”* (JESUS, 1960, p. 93-65). O acesso à saúde na época da autora fazia-se somente a elite brasileira, visto que, não era gratuito. Portanto, sabe-se que o SUS representa uma conquista, ao promover a justiça social com o atendimento a todos os indivíduos, no processo saúde-doença, e torna-se imprescindível a existência visto que fornece os meios de assistência à saúde e qualidade de vida, a partir dos princípios da universalidade, integralidade e igualdade, garantido pela Constituição Federal de 1988, saindo da lógica global da saúde não como uma mercadoria, e sim, como um direito essencial. Mas, como já supramencionado, por estar dentro do capitalismo, as desigualdades fazem-se presentes. Igualmente constatou, o Instituto da Mulher Negra - Geledés, no Caderno I (1991), em uma reflexão sobre Saúde e mulher negra:

A situação de saúde de grandes parcelas da população no Brasil é extremamente precária. Entre as causas dessa situação podemos mencionar o baixo poder

²⁷ Regulamentado e regido juntamente com a Constituição Federal de 1988 pela LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. e regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.” (BRASIL, 1990) sendo assim, segundo o “Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.” (BRASIL, 1990) possuindo como alguns dos seus princípios, I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência. III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;” (BRASIL, 1990)

aquisitivo resultante dos baixos salários, a precariedade da alimentação em termos quantitativos e qualitativos, as condições insalubres e inseguras de trabalho, as condições de contaminação ambiental por agentes químicos e biológicos decorrentes da insuficiência do saneamento básico, ausência de controle sobre fontes poluidoras e uso indiscriminado de agrotóxicos; o baixo nível educacional da maioria da população, a insuficiência e a precariedade da atenção oferecida pelo Sistema Público de Saúde, as desigualdades e discriminações sexual e racial que impedem às mulheres e aos negros o acesso a melhores e mais bem pagas ocupações e os submetem a pressões e violências de ordem sexual, racial e policial que podem, inclusive, não apenas resultar em danos à saúde mas em óbito da vítima.” (INSTITUTO DA MULHER NEGRA - GELEDÉS, 1991, p. 7)

Supracitado pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN, 2017, p.8) “as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais – em destaque, o vigente racismo – que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras”. As barreiras estruturais incidem nos indicadores de saúde da população negra, com a “precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência” (PNSIPN, 2017, p.9), ainda que, percentualmente, de acordo com o IPEA, em 2008, a população negra representa 67% do público total atendido pelo sus.

A análise dos dados torna passível a compreensão de que existem fatores determinantes e condicionantes ao acesso efetivo à saúde, que se torna toda a conjuntura social, então, mesmo estando mais expostas aos riscos, às mulheres negras têm o pior acesso aos recursos. E, do modo que já foi citado, por estarem à margem, sofrem diariamente e recorrentemente com questões tanto de saúde física, “durante a gravidez, apenas 68% das mulheres negras (pretas e pardas) tiveram pré-natal adequado em 2019, enquanto esse indicador superou 81% para as mulheres brancas.” (BRASIL, 2023); quanto mental, como pontuou o Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social do Ministério da Saúde (DAGEP/MS), com o levantamento de que entre os anos de 2012 e 2016 o índice de suicídio da população negra foi de 55% em comparação com as demais raças. “*Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa..*”, “*Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. Ela está com 15 anos. Epoca que achamos o mundo maravilhoso. Epoca em que a rosa desabrocha. Depois vai caindo pétala por pétala e surgem os espinhos. Uns cançam da vida, suicidam.*” e “*Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um heroi. Porque quem não é forte desanima.*” (JESUS, 1960, p. 35, p. 60 -61). Carolina mostra que é inegável que as circunstâncias violentas presentes em toda a vida da mulher negra diminuem o desejo de somente sobreviver. O racismo é um determinante.

Em síntese, em diálogo com o pensamento de Silvio Almeida (2019) quando expõe na sua obra *Racismo Estrutural*²⁸ que a inserção da população negra nas condições de marginalidade social e violações de direitos formadas pela sociabilidade capitalista “depende de um complexo jogo que mescla uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato” (ALMEIDA, 2019, p. 111), conclui-se que o racismo por estar intrínseco na sociedade, não permite que o debate e o reconhecimento de forma crítica a motivação do capital pela permanência dessas expressões da questão social associadas às pessoas negras, e que se tornam ainda mais eminentes quando salientada a condição das mulheres negras, seja evidenciado. Por conseguinte, não é viável consumir a discussão do porquê da precarização ao acesso à educação, saúde, a submissão aos trabalhos informais, a inserção nas áreas periféricas e à violência, tudo isso fortificadas pelo Estado, em razão de que:

A institucionalização das diferenças raciais e de gênero garante que o trabalho seja realmente submetido ao capital, uma vez que o racismo retirará do trabalhador qualquer relevância enquanto indivíduo. No mundo – racista –, o negro não tem condição de reivindicar um tratamento igualitário ou de exigir que suas diferenças sejam respeitadas; o tratamento dispensado ao trabalhador e até mesmo as suas diferenças são dele ou do que venha a achar de si mesmo. A forma com que o trabalhador será tratado, o que é justo ou não, e até onde pode ir nas suas reivindicações, vai depender única e exclusivamente das determinações da produção capitalista e da replicação da formavalor. Assim é que o racismo se conecta à subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que a identidade será definida segundo os padrões de funcionamento da produção capitalista. (ALMEIDA, 2019, p. 112)

A dinâmica da presença constante da violência de gênero em todos os âmbitos contra as mulheres negras avança em direção à lógica do capital. A definição de forma “natural” da parcela da população que terá os seus direitos violados já está enraizada. E mais, atenta-se ao quanto à falta de acesso aos direitos cruzam-se, com o racismo estrutural e estruturante ligado à presença da união de todas as violações de direitos expostas acima, porque, vive-se nas prisões da burguesia que reconhece e se nutre das desigualdades, no sentido de que, o maior alimento do capital, é o fortalecimento diário do racismo.

²⁸ “A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar neste livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.” (ALMEIDA, 2019, p. 15)

2.3 “Ele deu-lhe tanto que até arrancou-lhe dois dentes. E por isso o apelido dele aqui na favela é Dentista”: violência doméstica de gênero em discussão

Como visto, a violência de gênero entrelaçada com o racismo é presente no cotidiano das mulheres negras, em todos os âmbitos. Porém, na construção deste subcapítulo percorre-se um caminho reflexivo adensado com a leitura crítica do *Quarto de Despejo*, unificada as demais referências bibliográficas, focalizando na presença da violência doméstica de gênero, não somente com a própria Carolina, mas, com todas as mulheres residentes da favela de Canindé: “*A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando*”; “*Elas alude que eu não sou casa. Mas eu sou mais feiz do que elas. Elas tem marido... e Elas ainda tem que mendigar e apanhar*” e “*O Pernambucano quando se viu preterido enfureceu-se. Arrancou a peixeira da cinta e investiu na mulher do Chó*” (JESUS, 1960, p. 14, 16 - 76), e logicamente, as negras brasileiras. E com isso, capta-se a necessidade da fundamentação específica desta violação.

O excerto que intitula essa subdivisão já permite ponderar sobre o que se caracteriza como violência doméstica de gênero, assim como, a forma em que ela se expressa na conjuntura brasileira. Tal qual, o diálogo: “*Eu disse que eu queria ser homem, porque assim eu podia quebrar e bater. Então um homem respondeu: — Eu queria ser mulher, mas só de dia. E todos sorriram.*” (JESUS, 1960, p.112). Diariamente, as mulheres sofrem o medo de apenas serem mulheres, pela recorrência da violência e por terem os seus corpos configurados enquanto objetos e propriedade pelos homens e por todo o sistema que rege e os fortalecem, fornecendo o consentimento de violá-las enquanto sujeito de direitos.

A Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha²⁹ cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e, conseqüentemente, ampara as mulheres violentadas pelo cenário patriarcal na sociabilidade capitalista, sendo assim, uma histórica conquista do movimento feminista brasileiro, que com a legislação demonstra sua capacidade de ação política e de tensionar as estruturas sociais, “a partir da crítica das relações de gênero, que se inscrevem no campo do imaginário e nas estruturas institucionais” (CARNEIRO, Sulaine. 2015, p. 25). Importante destacar que, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher:

²⁹ Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza-CE, 1º de fevereiro de 1945) é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. O caso Maria da Penha é representativo da violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas em todo o Brasil, a sua trajetória em busca de justiça durante 19 anos e 6 meses faz dela um símbolo de luta por uma vida livre de violência. (Instituto Maria da Penha, 2009)

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão e sofrimento, no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação” (BRASIL, 2006).

E ao dialogar sobre violência é fundamental situá-las e caracterizá-las de acordo com os tipos cinco de violências postos na Lei Maria da Penha, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Tipos de violência doméstica

TIPOS DE VIOLÊNCIA	
Física	Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal
Sexual	Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos
Psicológica	Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação
Moral	Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
Patrimonial	Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades

Fonte: Autora deste TCC, com base nas informações retiradas da Lei Maria da Penha. (2006)

Saffioti (2015) refere ao estudo desta temática e revela que a violência praticada contra a mulher está presente em toda sociedade, visto que a cada quinze segundos, uma mulher sofre violência doméstica, no Brasil. Neste prisma, à violência contra a mulher é uma das principais violações de direitos humanos, atingindo e comprometendo a vida, à saúde e a integridade física das vítimas e que se dá historicamente. Do jeito que assinala a socióloga, a

violência contra a mulher é algo antigo, está presente desde tempos imemoriais, produto de processos históricos sejam eles no âmbito social, cultural, político, religioso. E, em um país que estatisticamente violenta tanto as vidas negras, a pauta sobre o contexto da violência doméstica de gênero contra a mulher negra é crucial, através dessa intersecção entre gênero, raça e classe, na compreensão de que, ainda que a violência doméstica tenha como raiz a desigualdade de gênero, as relações sempre estão imbricadas, sendo assim, indissociáveis, e a invisibilidade da questão racial não pode se fazer presente. Conforme expôs Sueli Carneiro (2017) em *mulheres negras e violência doméstica*, pelo Instituto Geledés:

Compreendemos que há uma diversidade de agentes que atuam na violência doméstica contra as mulheres: machismo, conflitos intrafamiliares, questões socioeconômicas, violências físicas e sexuais, disputas patrimoniais, entre outros. Contudo a violência doméstica aparece de maneira diferenciada nos relatos de vitimização das mulheres negras, onde a cor da pele é um importante instrumento simbólico utilizado para a manutenção da submissão, humilhação, desumanização e preservação do controle e poder sobre os corpos e mentes de mulheres negras. (CARNEIRO, 2017, p.355)

À semelhança de todas as violações de direitos, a violência doméstica de gênero está associada à lógica burguesa, como um produto da relação contraditória que impõe o capital e possui a sua reprodução na interface das lógicas opressoras e exploradoras, que estrutura e contribui para a manutenção de valores, configurando-a como estrutural, naturalizado e legitimada, com a ideia de verticalização das relações sociais entre aqueles que oprimem e aqueles que são oprimidos, Melatti (2015).

E, neste bojo da hierarquização social, os padrões estão definidos e o papel que a mulher ocupa na sociedade também. *“O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com o papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal.* (JESUS, 1960, p. 49).”. Aprecia-se no *Quarto de Despejo* a exposição real de uma mulher negra que a partir da sua trajetória construiu um pensamento crítico relacionado a materialização da estratificação social. Uma mulher que, em diversas das suas reflexões persiste com a dubiedade do sofrimento de ser uma mulher negra, chefe de família com a solidão perpassando pelos seus dias (da forma que foi pontuado no tópico 2.2), mas, dentre as contradições de preferir ser só, do que pertencer (no sentido de que os homens vêem as mulheres como propriedade) à um companheiro que a violenta, como acontece com as residentes do Canindé que tem seus parceiros presentes.

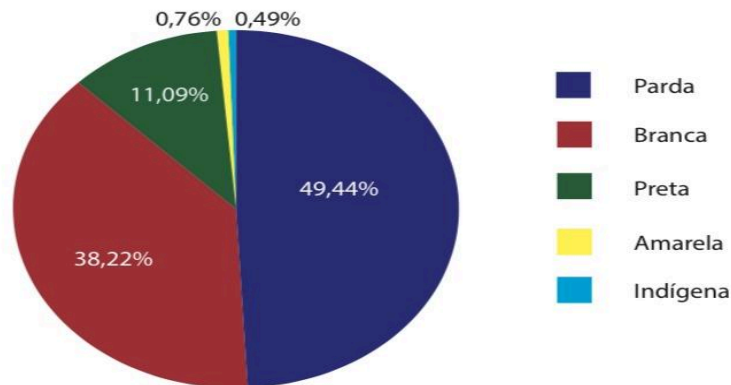
O senhor Alexandre começou a bater na sua esposa. A Dona Rosa interviu. Ele dava ponta-pé nos filhos. Quando ele ia enforçar a Dona Nena, a Dona Rosa pediu socorro. Então o soldado Edison Fernandes foi pedir ao senhor Alexandre para não bater na sua esposa. Ele não obedeceu e ameaçou o soldado com uma peixeira. (JESUS, 1960, p. 96)

Mostrou-me um revólver 32. Eu não simpatizo com revólver. Deu o revólver ao João para segurar. Disse-lhe: —Você é homem. E o homem precisa aprender lidar com essas coisas. Recomendou-lhe para não dizer nada a ninguém, que ele não quer que o povo da favela saiba que ele tem revólver. —Eu mostro para a sua mãe porque ela gosta de mim. E mulher quando gosta de um homem não lhe denuncia. (JESUS, 1960, p. 154)

Era 19 horas quando o senhor Alexandre começou a brigar com a sua esposa. Dizia que ela havia deixado seu relógio cair no chão e quebrar-se. Foi alterando a voz e começou a espancá-la. Ela pedia socorro. Eu não impacionei, porque já estou acostumada com os espetáculos que ele representa. A Dona Rosa correu para socorrer. Em um minuto, a notícia circulou que um homem estava matando a mulher. Ele deu-lhe com um ferro na cabeça. O sangue jorrava. Fiquei nervosa. O meu coração parecia a mola de um trem em movimento. Deu-me dor de cabeça. (JESUS, 1960, p. 184)

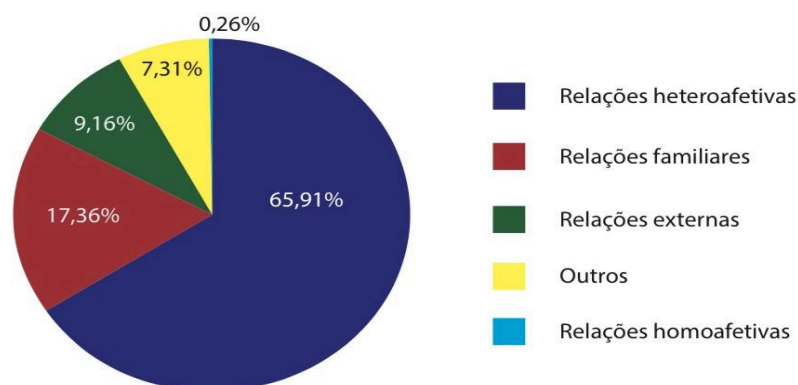
Conectado a isto, o cotidiano das mulheres negras brasileiras esboçados no *Quarto de Despejo* à óptica de uma protagonista e telespectadora da violência, assistindo-a na mesma intensidade que a sofre, em concordância com os trechos já citados neste trabalho, é corporificado em números no Balanço Anual da Central de Atendimento à Mulher de 2016, desempenhado pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No ano de referência dos dados, de acordo com o Ligue 180³⁰, um percentual de 60% faz jus as mulheres negras que relataram terem sido vítimas de violência doméstica. Notabiliza-se assim que, a violência contra a mulher é predominante em todo o cenário brasileiro, todavia, quando se delimita o recorte étnico-racial à análise o número é exorbitante. Igualmente consta o gráfico:

³⁰ Serviço de utilidade pública, oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos, essencial para o enfrentamento à violência contra a mulher, funciona diariamente durante 24h, incluindo sábados, domingos e feriados. Além de receber denúncias de violações contra as mulheres, a central encaminha o conteúdo dos relatos aos órgãos competentes e monitora o andamento dos processos. O serviço também tem a atribuição de orientar mulheres em situação de violência, direcionando-as para os serviços especializados da rede de atendimento. No Ligue 180, ainda é possível se informar sobre os direitos da mulher, a legislação vigente sobre o tema e a rede de atendimento e acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Em todas as plataformas, as denúncias são gratuitas, anônimas e recebem um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento. (MDH, 2020)

Gráfico 2: Raça/etnia das vítimas

Fonte: Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180 (SPM, 2016)

No capitalismo, as vítimas estão vulneráveis e expostas a diversos fatores desencadeadores de violências, “tais como: conflitos na família, intolerância religiosa, perigos urbanos, desigualdades socioeconômicas, violências sexuais, conflitos nas relações conjugais-afetivas-sexuais, conflitos por terras, falta de segurança na sociedade em geral, além da extrapolação da violência conjugal para ambientes fora das “quatro paredes” e as dificuldades diferenciadas no momento da queixa.” (ROMIO, 2013, p.23). E no mesmo sentido que Carolina, “*Nós éramos sete pessoas no carro. Condoeu-me ver uma jovem que nos acompanhava. Ela disse-me que faz um ano que sua mãe faleceu. Que o seu pai lhe dirige uns olhares que lhe apavora. E que ela tem medo de ficar com ele em casa*” (JESUS, 1960, p. 123), o principal agressor da vida das mulheres, são os seus companheiros e familiares, as informações confirmam:

Gráfico 3: Relação da vítima com o agressor(a)

Fonte: Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180 (SPM, 2016)

Transfigura-se notório que os sujeitos que deveriam ser um dos responsáveis pela consolidação da proteção e do afeto, tornam-se executores das violações que são substanciadas em diversas roupagens, conforme exposto no Quadro 1. Segundo o levantamento de dados estatísticos do mesmo relatório da Central de Atendimento à Mulher, sublinha-se que mais de 140 mil dos atendimentos corresponderam à relatos de violência, dentre estes: “50,70% se referiram à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual, sendo 85% denúncia de estupro” (SPM, 2016, p. 3). Verifica-se a predominância das violências físicas que, por externalizar-se com hematomas corporais, são mais fáceis de classificar e reconhecer. Nada obstante, destaca-se aos números que fazem referência a violência sexual, e propriamente, o estupro. Ato que, assim como todos os tipos de violência, refletem na saúde e segurança pública do país, por causar doenças sexualmente transmissíveis, impactar diretamente na saúde sexual e reprodutiva, física, mental e obter ligação direta ao aborto.

Aborto este que, em casos de violência sexual é legalmente outorgado pelo Art. 128 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940³¹, sendo assim, um direito das mulheres à realização. Em contrapartida, diante de um contexto neoliberal, as frentes conservadoras estigmatizam o procedimento e, atentam a sua vedação pelo ordenamento jurídico, exemplificado no PL 1904/24 que objetiva a alteração do Código Penal ao equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação como crime de homicídio simples, ainda que, em casos de gravidez resultante de violência. Conjuntamente, há ocasiões em que os médicos optam pela não efetivação sob alegação de divergência moral, e, quando aceitam o procedimento, exigem das vítimas a solicitação de autorização judicial e boletim de ocorrência, que não é substancial. Como entende-se pela Lei nº 12.845, de 1º de Agosto de 2013³²:

Art. 1º Os hospitais devem oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social. Art. 3º O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços: I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas; II - amparo médico, psicológico e social imediatos; III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual; IV - profilaxia da gravidez; VII - fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis. (BRASIL, 2013)

³¹ Código Penal Brasileiro

³² Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Todo esse processo composto de entraves no acesso do aborto seguro reflete na vida das mulheres que são colocadas em riscos, por em sua maioria, optarem pelo aborto em clínicas clandestinas particulares. A negação deste direito implica na alta mortalidade das vítimas, que segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) é a quarta causa de óbito materno no Brasil. Os projetos que associam-se aos moldes capitalista e buscam a criminalização do aborto, é a comprovação de que, parafraseando Simone de Beauvoir (1949) “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados, esses direitos não são permanentes”. A escassez de estrutura à efetivação em segurança constitui em um atentado contra a vida das mulheres. Logo, a vigilância à frente da luta, é necessária pela vida inteira, embora, o aborto seja uma questão de saúde pública e dever do Estado.

Por fim, concentrando-se em um dos principais aparatos legais que se contrastam com a coibição da violência contra a mulher no Brasil, articula-se a Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015 que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Qualifica-se a Lei do feminicídio um avanço às políticas para as mulheres na linha do entendimento de que as mulheres são assassinadas pela objetificação e posse, e principalmente, pelo patriarcado.

Maria da Penha é um exemplo consolidado dessa violência, da maneira que exposto no seu livro *Sobrevivi, posso contar* (2012). Vítima de dupla tentativa de feminicídio perpetrado pelo seu companheiro, primeiramente, com arma de fogo que atingiu as suas costas enquanto ela dormia e resultou em lesões irreversíveis e, a tentativa de eletrocutá-la durante o banho.

O feminicídio é a última instância de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2013, s/p)

Para além, os dados do Atlas da Violência divulgado pelo IPEA, expõem que entre os anos de 2010-2021 mais de 49 mil mulheres foram mortas no Brasil, e em 2021, 67% das

mulheres assassinadas eram negras (IPEA,2021). O olhar sensível sobre os índices, passiva o entendimento de que a violência doméstica qualifica-se enquanto mais uma das inúmeras violações de direitos que persiste de forma gritante na vida das mulheres que tem a suas vidas medida pela cor. Mulheres estas que não podem sentir-se totalmente seguras em nenhum âmbito social, pela união da sociedade racista-patriarcal com a precarização das políticas públicas, ou seja, da fragilidade do papel do Estado de forma atuante nesta pauta.

À violência contra a mulher negra foi emoldurada na história brasileira, por todos os tipos, a partir de uma trajetória advinda do colonialismo e dos processos de escravização. O sentir de, para mais que ser mulher, ser negra, já incorpora uma sombra que persegue as brasileiras.

Os estudos de Marx, ao relatar a demanda da indústria europeia, nos primórdios da Idade Moderna, incapaz de absorver a mão de obra disponível, em função do deslocamento em massa dos camponeses aos centros urbanos, gerando situações de expropriação e de retirada dos meios de subsistência dos camponeses, de espoliação, de falta de reprodução material, permite a elucidação da violência de toda a ordem, inclusive, a partir de criação de legislações que a enalteciam. Diante disso, compactuando com os seus pensamentos, a violência é um elemento estruturante na sociedade em que a base é a reprodução do capital, garantindo a discrepância na distribuição das riquezas que, tão pouco são distribuídas e sim, acumuladas pela burguesia, carregando no seu interior esse distanciamento pela ordem societária que se busca e a conjuntura que se tem.

Historicamente, a violência impulsiona a produção e reprodução do capital em seus mais diferentes contextos e, portanto, a subalternização das mulheres negras é um mecanismo de defesa do capital e a dinâmica da violência faz-se persistente, independente da forma em que é escancarada. E por isso, ainda que as cicatrizes externas curem-se, a dinâmica social apropria-se da subjetividade da mulher e a fragiliza no reconhecimento como parte da sociedade, e para mais, as condiciona enquanto lugar que se ocupará: o de subalternidade, acompanhando a evolução da violência.

Contudo, à violência doméstica de gênero é uma expressão da questão social, que segundo Iamamoto (2000, p. 24) “sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem, se opõem”. Oposição que Maria da Penha e Carolina de Jesus, em décadas distintas, juntamente todas as brasileiras, materializaram em luta, como alude Iamamoto. Unidas contra o sistema opressor, a partir de seus livros e relatos, ambas deram visibilidade à história de milhares de mulheres que sofrem à violência diariamente. Ocupando espaços sociais diferentes, em classe e raça, Carolina e

Maria tornaram-se símbolos de resistência mundial. E é “nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 28). Atuação que será explorada e fundamentada no terceiro capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso.

3. **“OS POLÍTICOS SABEM QUE EU SOU POETISA. E QUE POETA ENFRENTA A MORTE QUANDO VÊ O SEU POVO OPRIMIDO”**: SERVIÇO SOCIAL E OS DIREITOS DAS MULHERES EM CONJUNTO COM A LUTA ANTIRRACISTA.

Contabilizam-se mais de dez fragmentos do livro *Quarto de Despejo* em que a escritora constroi uma menção direta ao Serviço Social. Ao reconhecer-se enquanto usuária, Carolina de Jesus, de forma atentamente crítica, engloba nestes trechos a sua concepção sobre a profissão. Visão construída por uma mulher negra que obtinha a dimensão da importância do acesso ao básico à vivência digna que ultrapassasse a tentativa cansável de somente tentar sobreviver.

Ao traçar um paralelo com a interpretação de Carolina de Jesus, em relação aos objetivos deste TCC, a menção profunda da interpretação sobre o Serviço Social no contexto que o diário foi elaborado, é substancial. Neste sentido, o escopo do início deste capítulo é a abordagem da linha histórica da profissão, a tecer um caminho que tem como ponto de partida, Carolina, a exemplo do entendimento sobre a profissão na sua década, a fim de, na continuidade, trazer essa contraposição até os tempos atuais, na luz de uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que se soma à luta da classe trabalhadora, se redimensiona e se renova acompanhando a dinâmica e as exigências da sociedade.

Principia-se essa reflexão fazendo referência ao movimento de reconceituação do Serviço Social. Porquanto que, a partir deste, visualizou-se a institucionalização de uma categoria que, assim como enfatizou Carolina, “enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido” (JESUS, 1960, p. 39). Tal movimento, no âmbito do Serviço Social, tornou a atuação das/os Assistentes Sociais primordiais na busca de uma sociedade justa e igualitária. Profissão que tem o seu caráter político e faz-se emergente na análise e intervenção da conjuntura que oprime e joga o proletário, todos os dias, *aos quartos de despejo*.

3.1 “*Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução!*”: a organização política do Serviço Social no Brasil

Yazbek (2009) afirma que a institucionalização do Serviço Social como profissão se justifica na contradição de um conjunto de processos, sejam eles, sociais, políticos ou econômicos. A autora define que a profissão materializou-se “à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social” (YAZBEK, 2009, p. 6). Pode-se dizer, ainda parafraseando-a, que a união entre o Estado, o empresariado e a Igreja Católica³³, na regulação da Questão Social legitimaram o Serviço Social, nos anos 30, na chamada “Era Vargas”³⁴, pautado no caráter missionário, assistencialista, “visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais.” (YAZBEK, 2009, p. 6).

Apropria-se que, no instante de construção da profissão a mesma dava-se como um “departamento especializado da Ação Social e da Ação Católica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 226) e a questão social identificava-se pela Igreja Católica, de cunho moralista e conservador, como questões individuais, sem qualquer correlação com o sistema econômico e desigual que desapropria a classe trabalhadora das riquezas que à ela também pertence, e o sujeito era visto como um “problema” às estruturas. Julgamento moral que, “tem por base o esquecimento das bases materiais das relações sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 245).

Iamamoto e Carvalho (1982) confirmam que foi a partir de mecanismos utilizados pelas classes dominantes, como meio de exercício de seu poder que o Serviço Social surgiu: “Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo, um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir da sua própria base social, como de sua doutrina ou ideologia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 226). Assim, o Serviço Social não estava relacionado apenas ao caráter da Igreja Católica e emergiu nessa ramificação de um plano político.

O fulcro de sua atuação ainda embrionária será a ação doutrinária. Reconquistar as massas, ir ao povo, liberá-lo de influência nefasta do socialismo, aconchegá-lo no comunitarismo ético cristão. O apostolado social que se desenvolve a partir de reorganização do bloco católico será a tentativa de penetrar nos meios populares,

³³ Responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. (YAZBEK, 2009, p. 7). Cabe ressaltar que com vinculação direta à Igreja Católica, em 1936 foi a criação da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, com intuito de formar as “damas de caridade” devotadas ao apostolado social, norteadas inicialmente pelo referencial teórico europeu. “O autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário e a ausência de base técnica marcam a atuação dos primeiros núcleos que se formaram” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p.228), com um núcleo fundamentalmente feminino.

³⁴ Contexto histórico brasileiro com o golpe militar de Getúlio Vargas

de enquadrá-los, visando a sua transformação em instrumento de pressão para a reconquista dos privilégios e prerrogativas materiais e ideológicos da Igreja e a defesa de seus interesses políticos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 227)

Em se tratando, especificamente, da formação dos profissionais, a produção teórica, segundo Yamamoto e Carvalho (1982), era composta por quatro aspectos principais: científica, técnica, moral e doutrinária:

Para o desenvolvimento de sua missão de tirar - através de uma ação personalizada - os decaídos de sua situação de anormalidade, deverão estar convictos e impregnados de uma determinada visão de mundo. Devem ser capazes de enfrentar com objetividade lógica a realidade social. Deverão estar imunizados das angústias e apreensões que a situação de miséria, e, eventualmente, a hostilidade do proletariado lhe causariam. Deverão estar aptos para agir com firmeza e perseverança na tarefa de reeducar as classes baixas. E, principalmente, devem ter certeza da noção de legitimidade de sua intervenção do modo de vida e consciência de seus assistidos. Os futuros Assistentes Sociais deverão, assim, estar imbuídos de esquemas de percepção e apreensão, e de intervenção junto à população **cliente**, através dos quais possam reproduzir as formas de exercício de controle social e de legitimação da estrutura social, objeto da ação das pioneiras. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 237)

A obra base das referências de Marilda Yamamoto e Raul Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, fundamenta o processo histórico-metodológico do Serviço Social, com uma contribuição importante para o conhecimento das relações de classe. Durante décadas conectou-se uma profissão com ações fragmentadas e pontuais, com influência conservadora. Contempla-se a constituição de uma categoria que buscava moldar a classe trabalhadora, na culpabilização da pauperização, sustentada pelos ideários neoliberais. Também, a doutrinação em massa da população para o crescimento do capital, em uma época totalmente influenciada pela igreja católica, era o foco. Visto que, a luta que o operário desenvolvia com a tomada de consciência das condições exploratórias que vivia retratada por movimentos sociais à conquista da cidadania, era considerada uma ameaça para a sociedade burguesa. Além disso, a análise crítica permite a associação do quanto à história do Serviço Social brasileiro não se difunde da formação sócio-histórica do país, ao contrário, caminha em conjunto com ela. A profissão emoldura-se num contexto de uma sociedade que iniciava o trabalho livre posterior a um período escravista que tinha deixado marcas de um passado recente.

Ao decorrer das décadas houve um aumento quantitativo de profissionais atuantes do Serviço Social, com o crescimento das instituições formativas e entidades assistenciais, porém, na sequência lógica da “suavização dos aspectos contraditórios” (IAMAMOTO;

CARVALHO, 1982, p. 272). Iamamoto aprofunda que a função das instituições assistenciais, aparece sob aspectos como:

[...] carrear apoio político e eleitoral para o regime, demonstrar o “espírito social” e solidariedade do empresariado, demonstrar a preocupação do Estado para o bem-estar da população, contrapor-se à organização autônoma do proletariado, as lutas reivindicatórias, e demonstrar que existiriam caminhos mais fáceis e eficientes do que estes, para a obtenção de melhores condições de vida. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 324)

Com a gradação das indústrias e a conjuntura estruturando-se, a ciência e a técnica começaram a fazer-se presente na profissão, ocasionando uma evolução. A mesma passa a consolidar-se e romper com a influência do catolicismo, mesmo que sem muitos saltos, comparada aos tempos iniciais e insere-se no mercado de trabalho³⁵ pois:

a profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais. (YAZBEK, 2009, p. 10)

Ainda de acordo com Yazbek (2009), o crescimento de trabalhadores empobrecidos explicita as demandas emergentes de bens e serviços, fazendo pressão ao Estado para o desenvolvimento de ações assistenciais.

Ação que emerge na sociedade brasileira como parte de um conjunto de estratégias de regulação dos processos econômicos e sociais, justificada pela necessidade de compatibilizar politicamente as questões relativas ao favorecimento da industrialização e da acumulação, ao controle social e à legitimação do sistema, com as necessidades dos que vivem do trabalho. Assim, pela criação e desenvolvimento de instituições assistenciais estatais particularmente na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas. (YAZBEK, 2009, p. 9)

Exposto por Iamamoto e Carvalho (1982), o desenvolvimento dos estudos sociológicos e a complexidade das inúmeras problemáticas sociais favoreceram a renovação do Serviço Social. Na sequência da linha temporal, Netto enfatiza que, “até o final da década de sessenta há um claro componente de validação e reforço do que caracterizamos como Serviço Social “tradicional” (NETTO, 1998, p. 117), que define-se sendo uma:

³⁵ A profissão foi regulamentada pela Lei nº 3.252, de 27 de Agosto de 1957 e pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962.

[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (NETTO, 1998, p. 117-118).

Em diálogo aberto à década dos escritos de Carolina de Jesus, durante o diário de uma favelada, “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, 1982, p. 74). E da forma que já foi mencionado, em diversas passagens, Carolina retrata a intervenção profissional das/os assistentes sociais na lógica que fundamenta Netto, “*Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais.*” (JESUS, 1960, p. 40). Categoria que se matinha em articulação com os interesses burgueses.

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar os olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres; A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (JESUS, 1960, p. 34)

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembléia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi o ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em reação ao povo (JESUS, 1960, p. 54).

Li que uma senhora e três filhos havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: —Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome! Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou Serviço Social? Ela devia ir nos palácios falar com os manda chuva. ...A notícia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os políticos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca. (JESUS, 1960, p. 62-63)

A leitura do *Quarto de Despejo* com a correlação ao Serviço Social torna-se interessante por inúmeros aspectos. A escritora compreendendo-se parte da classe subalterna

explorada pela burguesia trazia em suas epígrafes esse olhar aguçado que culminava em prol do proletariado. Inserida no contexto dominado pelas expressões da questão social que conforme Iamamoto e Carvalho, na época, “[...] deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 135). Com o estudo da obra literária, interpreta-se que Carolina visualizava a necessidade de uma categoria profissional que se unisse à luta dos trabalhadores, porque sabia que, as expressões da questão social entrelaçada, por toda sua vida, não era um desejo individual, mas advinha de uma estrutura social moldurada desde o período colonial escravista, com a possibilidade de modificação, e que este deveria ser, também, o papel do Serviço Social.

Como já visto, na conjuntura de contradições, na década de 1950-60, o Serviço Social concernia-se na amenização das desigualdades e no silenciamento da classe trabalhadora, para que o sistema econômico persistisse estruturando-se, como assim foi. Fato esse que é pauta crítica da autora na obra literária. A mesma diz que “*a fome também é professora*” (JESUS, 1960, p. 29) cruzando com o pensamento de que, a propriedade de fala sobre a pauperização, também se torna daquele que a vive incansavelmente, como a classe trabalhadora.

Ao decorrer dos anos, encara-se o contexto da autocracia burguesa, como denominado o período militar por Netto (2005), momento em que, adentrou-se, efetivamente, no início da nova fase do Serviço Social, de maneira que, o período exigia da profissão uma nova postura. Como bem salientou Netto:

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”. (NETTO, 2005. p. 123)

Neste momento, além do trabalho profissional, a formação também se modifica e desenvolve, com uma postura crítica na revisão dos seus fundamentos, Netto (2005), vislumbrando uma formação de profissionais com uma visão crítica da sociedade e a construção das estruturas para a virada da profissão. Na estruturação de encontros e debates que foram contribuindo para a construção de importantes documentos históricos, referências para a renovação do Serviço Social.

A Perspectiva Modernizadora tem seu ápice por meio de documentos fundamentais: os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). Percebe-se a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental operativo com os procedimentos metodológicos e técnicos, como também com os padrões de eficiência. O eixo que atravessa o Seminário de Araxá é o transformismo a conservação do Serviço Social tradicional sobre novas bases. Já no Documento de Teresópolis o “moderno” se sobrepõe ao “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente. [...] A fase terminal dessa perspectiva encontra-se nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, onde surge novas questões da relação do Serviço Social com a cientificidade: a fenomenologia e a dialética. (VIANA, CARNEIRO, GONÇALVES, 2015, p. 4)

Para Netto (2005), é posterior a estes históricos momentos que se obteve a gênese da intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional, em oposição à autocracia burguesa, com a compreensão da complexidade da realidade e das contradições emergentes. Da-se o surgimento verídico do processo de renovação.

Para Iamamoto (2000), o Movimento de Reconceituação foi à contestação ao tradicionalismo e implicou um questionamento da profissão dos seus fundamentos, suas raízes sociopolíticas e da direção social da atuação profissional. Para Netto (2005) a Renovação é este conjunto de novas características procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica. Faleiros (2005) visualiza a Reconceituação como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22). Consequentemente, entende-se que o Serviço Social inicia o processo de fazer-se questionador, crítico, na ótica de uma profissão interventiva que encontra a emergência da sua legitimidade, aproximando-se a teoria marxista³⁶ que, em resumo breve:

Apresenta uma teoria que explica e nega a sociedade burguesa [...] compreende cada forma no seu fluxo, no seu movimento contraditório, em sua dimensão histórica transitória, cuja interpretação é presidida por um radical humanismo que tem por centro atividade criadora do homem expressa no trabalho [...] A negação que anima a sua construção teórico-metodológica é comprometida com a emancipação humana que se constrói historicamente. Ele propõe assim, uma radical interpretação da sociedade capitalista, de suas tendências de desenvolvimento e das leis de sua mudança. [...] Marx analisa as desigualdades

³⁶ A partir da década de 1980 muitas foram as contribuições academicamente decisivas que consubstanciam a relação entre Serviço Social e tradição marxista e atestam a fecundidade desta perspectiva teórico-metodológica para decifrar a sociedade e a análise da profissão na história, destacando-se a produção de Netto. (IAMAMOTO, 2018, p. 14)

e antagonismos inerentes ao capital como relação social, desvendando-a em suas contradições, as quais impulsionam o movimento de ultrapassagem dessa forma histórica de organização da vida social. (IAMAMOTO, 2018, p. 2-3)

Em conjunto, pode-se definir que a virada da profissão relaciona-se ao ponto de partida da atuação estratégica das desigualdades, e, em conexão o modo que se estruturam as relações sociais, também com a valorização da produção de conhecimento, “mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano, na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história” (IAMAMOTO, p. 10, 2018). Iamamoto refere que o processo de Reconceituação, demandava preocupações, em relação a reestruturação da formação profissional. Especialmente, à articulação do ensino, pesquisa e extensão, exigindo a existência de uma universidade crítica, democrática e em diálogo com a dinâmica da sociedade. Para Iamamoto, tais preocupações foram:

1) a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países centrais para a contextualização histórica da ação profissional, o que intensificou o diálogo com as ciências sociais, políticas e econômicas; 2) a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas e vinculado às lutas e movimentos sociais, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos; 3) a busca de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lançando-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias; 4) a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social” na linguagem usual da época. (IAMAMOTO, 2000, p. 212).

Neste cenário, cita-se também o III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo, o chamado “Congresso da Virada” no ano de 1979. O Congresso é simbólico pela forma da abordagem à recusa do conservadorismo profissional, do assistencialismo e do pragmatismo e traz essa associação da categoria com a luta dos trabalhadores pela democracia e de resistência a todas as formas de opressão à classe. Nos termos de Iamamoto (2018):

Adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na decadência da ditadura, seu desenvolvimento criou as possibilidades à ultrapassagem da reconceituação: a sua superação. Foi no processo de ascensão dos movimentos políticos das classes trabalhadoras e das lutas em torno da defesa do Estado de Direito, da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e mostrou-se sensível aos clamores da história. (IAMAMOTO, 2018, p. 14).

Decorrente destes avanços históricos da profissão, o Serviço Social é reconhecido como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que afirma a supremacia do trabalho na constituição dos indivíduos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982). Profissão que tem o seu significado na sociedade em seu movimento e contradições.

Afirma-se a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2018, p. 14)

Neste terreno, efetivou-se democraticamente a base normativa da categoria, com a formulação do Projeto Ético-Político que “é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva” (NETTO, 2005, p. 18), visto que, “o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p.6). E além disso, o PEP para Netto (1999):

apresenta a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

Autoimagem que possui elementos constitutivos essenciais à materialização, “elementos se objetivam e se expressam na realidade – podemos dizer: ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais” (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p.9), sendo eles com base nas autoras, a produção de conhecimento no interior do Serviço Social, em que não cabe no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, cujo o horizonte é a manutenção da ordem; as organizações políticas da profissão, envolvendo fóruns deliberativos e as entidades da profissão, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs, e pela, ENESSO.

Assim, subentende-se que o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento

crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior. (TEIXEIRA. BRAZ, 2009, p. 9)

Ademais, enfatiza-se a dimensão jurídico política da profissão, na qual constitui o seu arcabouço legal, referindo-se ao Código de Ética do Assistente Social, a Lei n. 8.662 de 13 de março de 1993, de Regulamentação do exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica. O reconhecimento da importância destes três arcabouços constituem o significado e objetivos do Serviço Social, tanto na formação quanto na atuação profissional (dimensão teórico e prática), nesta sociedade de contradições que determinam a profissão.

Ainda faz-se pertinente versar que os princípios da igualdade, da democracia, do pluralismo e da liberdade, são estruturantes para o PEP, pois como posiciona-se Netto (1999) há o reconhecimento da liberdade como valor ético central; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, e nos princípios fundamentais do Código de Ética 1993:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993, p. 24-25)

Em síntese, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 1999, p. 104-5). Em virtude de que, “a sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudança e em constante mudança” (MARX, 1985, Prefácio à 1ª edição, p. 14).

Mudanças que pressagiam uma ordem social que inviabilizaria a existência das violações de direitos das *Carolinas* do Brasil, não permitindo que as suas vivências estivessem demarcadas em um terreno de roupagens exploratórias, de dominação e opressão. O Serviço Social luta por uma sociedade em que o objeto de trabalho profissional, a questão social e suas múltiplas formas de manifestação, seja inexistente. Questão social com sua gênese construída a partir das relações antagônicas entre capital e trabalho do sistema burguês, presente nas relações sociais, identificada como, “expressão ampliada das desigualdades sociais [...] que expressa, as disparidades econômicas, políticas, culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais.” (ABEPSS, 2001 p. 17).

Considera-se que as reflexões até aqui, ainda que de forma sintetizada, salientam a realidade do Serviço Social que foi construída de forma gradual, em conexão com os processos históricos do país, idêntico ao que se afirmou anteriormente, a profissão conecta-se diretamente à formação da estrutura da realidade da sociedade brasileira. Se o *Quarto de Despejo* fosse estruturado no tempo presente, em se tratando especificamente os trechos que evidenciam o Serviço Social, tem-se o entendimento de que a intervenção na periferia de Canindé seria, expressamente, pautada na defesa intransigente do acesso aos direitos básicos e fundamentais, por uma categoria constituída com suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, fundamentadas pela teoria marxista como método de análise central.

3.2 “O livro vai ser editado, fiquei emocionada”: a produção de conhecimento do Serviço Social

Carolina, encontra na publicação do seu diário, a esperança de modificação da sua realidade e, em decorrência, enfatiza a emoção em saber que seu livro seria publicado: “Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do repórter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no Cruzeiro. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada” (JESUS, 1960, p.170). O *Quarto de Despejo* foi uma das obras mais lidas do país, e Carolina de Jesus, juntamente com Maria Firmino dos Reis³⁷, construiu história, por ser uma das primeiras escritoras negras brasileiras a ter o seu livro publicado, com reconhecimento mundial.

³⁷ Maria Firmina dos Reis é considerada a primeira romancista negra do Brasil, a partir do seu livro *Úrsula*, publicado em 1859, considerado o primeiro romance abolicionista do Brasil. *Úrsula*, juntamente com *O Quarto de Despejo* foram leituras obrigatórias do vestibular de 2019 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano em que a autora deste TCC ingressou na universidade.

Assim, entabula-se esta parte do trabalho, ao evidenciar a relevância social e científica da obra de Carolina, para discorrer, conjuntamente, sobre as produções de conhecimento no âmbito do Serviço Social, e a sua contribuição com a discussão sobre a temática que conduz essa sistematização. Durante a graduação em Serviço Social, nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II³⁸, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória e de natureza qualitativa, que se referenciou ao método dialético crítico, porque ele viabiliza o desvelamento dos fenômenos abarcados na pesquisa social, evidenciando suas interconexões, relação entre o singular, particular e universal, além da historicidade e contradição de que são carregados.

A pesquisa teve como objetivo geral: Dissertar sobre as situações de racismo e violência de gênero a partir da obra *Quarto de Despejo* da Carolina de Jesus, em conjunto com os objetivos específicos: Visualizar as violações de direitos das mulheres negras no Brasil nas minúcias da vida cotidiana a fim de expor, principalmente, o racismo estrutural; Apontar a dinamicidade das relações sociais da sociedade de classes a fim de expor de que forma influenciam na garantia de direitos das mulheres negras no Brasil; Expor a importância da obra literária como uma ferramenta de apreensão da realidade da sociedade com a finalidade de evidenciar o *Quarto de Despejo*. Com a delimitação das seguintes questões norteadoras: Como visualizar as violações de direitos das mulheres negras no Brasil nas minúcias da vida cotidiana? De que forma as relações sociais influenciam na garantia de direitos das mulheres negras no Brasil? Qual a importância da obra literária como uma ferramenta de apreensão da realidade da sociedade?

Nesta investigação, encaminhou-se a intenção de dar visibilidade às violações de direitos das mulheres negras utilizando como base, primeiramente, a fonte de pesquisa secundária, a partir do livro *Quarto de Despejo* escrito por Carolina de Jesus. Dito ao longo deste trabalho, a escolha do livro caminhou no sentido de que a obra literária faz-se um retrato do racismo estrutural e da violência de gênero vivenciada por Carolina, que tornou-se a porta-voz das mulheres negras da época, todavia que ainda é tão atual. Como fonte primária, considerou-se a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social em especial em relação a atuação do/a assistente social frente às lutas antirracistas.

Para tanto, com relação ao racismo enquanto estrutural e a violência de gênero, enquanto violações de direitos das mulheres negras brasileiras, qualificou-se como fonte de

³⁸ Enfatiza-se que o tópico de referência foi estruturado a partir de informações extraídas do relatório de pesquisa, da disciplina de pesquisa em serviço social II, 2023/2, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O relatório foi realizado pela autora deste tcc.

consulta, às principais revistas da categoria, em especial: Revista Serviço Social & Sociedade³⁹, Revista Temporalis⁴⁰ e Revista Katálysis⁴¹.

Na obra *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus afigura-se, ao longo da leitura, as principais categorias emergentes relacionadas às questões do estudo: racismo estrutural, violência de gênero, vulnerabilidade socioeconômica, moradia, educação, desemprego, mulher negra, as relações sociais, resistência e serviço social, de modo enfatizado ao decorrer de todo este TCC. Posteriormente, aprofundou-se a coleta nas revistas citadas, nos últimos 10 anos (2014- 2024), com os descritores: Racismo Estrutural, Violência de Gênero e Serviço Social.

Através dos descritores, considerando esses achados, foram localizados 37 artigos, nas três revistas. Com uma leitura flutuante do material coletado, para melhor demarcação das produções que se apropriaram das respostas aos objetivos da pesquisa, visto que se aprofundou no sentido de que, os artigos repetiam-se enquanto exposição, foram escolhidos 13 artigos para a análise, conforme Quadro 2.

³⁹ Criada em setembro de 1979, a revista **Serviço Social & Sociedade**, é a primeira Revista de circulação nacional na área do Serviço Social, apresenta uma política editorial pautada pela diretriz de dar voz a essa valiosa produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, repercutindo também o desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social e o pensamento de suas entidades representativas. O periódico nasceu na conjuntura do final do regime militar no Brasil, quando muitos movimentos sociais e populares questionavam o Estado autoritário e clamavam por liberdades democráticas. Foi esse o contexto que marcou o processo de rearticulação das forças político profissionais na sociedade brasileira e no Serviço Social, promovendo uma diversificação e democratização das formas de expressão e das linhas de pesquisa dos assistentes sociais. Neste sentido, a revista foi, em sua gênese, contemporânea do importante movimento de renovação do Serviço Social e continua contribuindo com o desenvolvimento acadêmico e profissional dessa área de conhecimento e intervenção na realidade, bem como de áreas afins.

⁴⁰ A **Temporalis** é uma revista criada em 2000, com publicação semestral, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e destinada à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no Serviço Social e áreas afins. Estimula-se que os temas abordados na revista se articulem aos debates realizados no âmbito dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) vinculados à ABEPSS. São eles: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais. A revista publica resenhas, artigos de temas livres, seção temática, ensaio teórico, resultados de pesquisa e experiências de extensão e de ensino. As submissões podem ser feitas nos idiomas Português, Espanhol, Inglês e Francês

⁴¹ A **Revista Katálysis**, criada em 1997, é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública.

Quadro 2: Números de artigos das respectivas revistas

REVISTAS	Nº DE ARTIGOS
Serviço social & Sociedade	7
Temporalis	3
Katálysis	3
Total	13

Fonte: Autora deste TCC, com base nos artigos das revistas

No processo de análise dos conteúdos coletados, ou seja, dos artigos das respectivas revistas (Quadro 2), a categorização foi efetivada a partir da leitura dos artigos e da obra literária. E com isso, integrou-se os resultados da pesquisa, através da busca das respostas das questões norteadoras. Para organização da pesquisadora, os artigos foram separados associados aos objetivos/questões que estariam caminhando ao encontro da resolução, plausível a visualização nos Quadros 3 e 4. Dessa forma, entendeu-se que 7 artigos dialogavam com a questão norteadora 1 e 6 com a questão norteadora 2. A questão norteadora 3 estaria posta, em se tratando, das categorias que emergiram na análise do livro.

Quadro 3: Produções relacionadas à questão norteadora 1

REVISTA	RESUMO	REFERÊNCIAS
Serviço Social & Sociedade	A mobilidade socioeconômica de negras e negros no Brasil sempre se constituiu em um desafio. Mesmo em períodos de mais estabilidade, com ganhos no campo econômico, esse grupo permanece sub-representado em grande parte dos indicadores sociais. O racismo e suas derivações alimentam as desigualdades no país, e superar esse fenômeno significa reparar o epistemicídio, restituir as desigualdades e corrigir as injustiças históricas sofridas por essa parcela da população. (LOURENÇO, 2023, p. 1)	LOURENÇO, Cristiane. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 75-96, 2023.

	<p>Analisamos o movimento histórico de dominação da mulher no capitalismo, entendendo que as relações sociais de sexo e gênero são responsáveis pelos altos índices de violência contra as mulheres, uma das múltiplas expressões da questão social. A coisificação do corpo feminino reforçado pela mídia é acompanhada pela ideia da liberdade sexual, uma forma de aproximação da mulher ao seu corpo e sexualidade, mas que tende a ser utilizada como reafirmação do corpo feminino como coisa a ser consumida. (SOUSA, 2018, p.1)</p>	<p>SOUSA, Marília de Oliveira. SIRELLI, Paula Martins. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 326-345, maio/ago. 2018</p>
	<p>Este artigo aborda como o racismo se estrutura na sociabilidade brasileira e seus efeitos revelados nos índices de desigualdades sociais e raciais. Para tornar inteligíveis as relações das classes sociais em sua intersecção com a questão racial, apresentamos subsídios para repensar a edificação desta nação que se fundamenta em um conceito abstrato de democracia racial. A partir desse entendimento, destacamos as diferentes formas de resistências que têm sido constituídas pela população negra. (MADEIRA, GOMES, 2018, p.1)</p>	<p>MADEIRA, Zelma Madeira, GOMES Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018</p>
	<p>O artigo explicita alguns aspectos da questão étnico-racial no contexto da sociedade brasileira na contemporaneidade e busca apreender como a intervenção protagonizada por várias mulheres negras, ativistas na luta contra o racismo, que ingressaram na profissão, principalmente a partir de 1980, legitima o debate efervescente na vida cotidiana. Apreender as assimetrias de</p>	<p>EURICO, Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc.,</p>

	<p>raça/ cor e o modo como o racismo opera é condição primordial para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. (EURICO, 2018, p.1)</p>	<p>São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018</p>
Katálisis	<p>O presente artigo objetiva contribuir para a visibilidade da trajetória acadêmica-militante e do legado intelectual de Lélia Gonzalez, buscando apresentar ao Serviço Social aportes para o avanço e maturação do debate étnico-racial na formação profissional. Parte-se da hipótese que a ampla bagagem intelectual de Lélia, dada sua relevância para o Movimento Negro brasileiro e para o pensamento social crítico, possua contribuições fundamentais para a compreensão do racismo e do sexismo na particularidade brasileira e, das formas de resistências organizadas ante a eles, possibilitando a apreensão de categorias-chave para a incorporação efetiva e transversal do debate étnico-racial à formação em Serviço Social. (SANTOS, 2022, p.1)</p>	<p>SANTOS, Thamires. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 232-241, maio-ago. 2022</p>
	<p>Neste artigo são examinadas tensões raciais do pós-abolição e das primeiras décadas do século XX com o objetivo de compreender seus vínculos com o surgimento do Serviço Social. Almeja-se demonstrar que a questão racial se constituiu (e se constitui) como o nó que amarra a questão social. Desatá-lo é tarefa urgente para edificar um mundo sem exploração capitalista de classe e sem opressões de quaisquer natureza. (GONÇALVES, 2018, p.1)</p>	<p>GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018</p>
Temporalis	<p>Este artigo analisa o racismo no mercado de trabalho. Trata-se de uma pesquisa teórica que</p>	<p>MARTINS, Tereza Cristina. Determinação</p>

	<p>partiu dos processos sociais reais da sociedade brasileira para apreender as determinações do racismo. Ao determinar o “lugar” do(da) negro(a) na informalidade, no desemprego e nas relações de trabalho precárias, o racismo limitou/impediu os(as) trabalhadores(as) negros(as) de participarem da constituição política da “questão social”. (MARTINS, 2014, p. 1)</p>	<p>s do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014.</p>
--	---	--

Fonte: Autora deste tcc, com base nos artigos das respectivas revistas

Quadro 4: Produções relacionadas à questão norteadora 2

REVISTA	RESUMO	REFERÊNCIAS
<p>Serviço Social & Sociedade</p>	<p>O artigo problematiza a relação entre exploração e opressão a partir da perspectiva de que o capitalismo está fundamentalmente ligado ao patriarcado e ao racismo — não como legado, mas como necessidade. Destaca-se a importância de apreensão desses sistemas de forma consubstanciada para uma análise da totalidade, já que, nas relações sociais, essas contradições se fundam, como pode ser visto, na indissociabilidade entre as determinações de sexo/gênero, étnico-raciais e de classe. (BARROSO, 2018, p. 1)</p>	<p>BARROSO, Milena. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018</p>
	<p>Neste artigo, buscamos examinar como a discussão étnico-racial tem sido feita nos espaços de formação e trabalho, e como os(as) assistentes sociais lidam com o racismo no cotidiano. Este estudo, que articula pesquisas bibliográfica, documental e de campo, evidenciou que a ausência desse debate, durante</p>	<p>FAVARO, Teresa. GONÇALVES, Gleyka. FORNAZIER, Tales. “Em passos firmes, linha reta”: lutas antirracistas e o trabalho profissional</p>

	<p>o processo de formação, fragiliza a apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade e contribui para a reprodução das desigualdades históricas vivenciadas pelas populações racializadas. (FAVARO, GONÇALVES, FORNAZIER, 2023. p. 1)</p>	<p>de assistentes sociais. 118 Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 118-138, 2023</p>
	<p>Objetivamos analisar a relação entre feminismo e marxismo para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica com aporte na teoria e no método marxista. A relação entre feminismo e marxismo é fundamental para a luta classista comprometida com uma sociedade emancipada, sem opressões e explorações, como defende o Projeto Ético-Político do Serviço Social. (CISNE, 2018, p.1)</p>	<p>CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018</p>
<p>Katálysis</p>	<p>Vivemos em uma sociedade patriarcal-racista-capitalista que renova continuamente as relações desiguais que marcam a formação do Brasil, desde o período colonial. Dentre as expressões dessa desigualdade, há uma forte invisibilidade das mulheres negras. Por isso, neste artigo objetivamos apresentar mulheres protagonistas de lutas e resistências contra a escravização no Brasil. É imprescindível descortinar a importância dessas mulheres e romper com o ocultamento das suas ações. Aqui, apresentamos a mulher negra como sujeito histórico e político fundamental nas ações de resistência contra a</p>	<p>CISNE, Mirla. IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. R. Katál., Florianópolis, v.2 5, n.2, p. 191-201, maio-ago. 2022</p>

	<p>escravização. Mulheres que permanecem, em sua maioria, silenciadas pela narrativa dominante branca. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de tipo bibliográfica e documental, fundamentada no feminismo marxista, sob o método do materialismo histórico-dialético. Concluímos que mesmo diante da desigualdade social, as mulheres negras lideraram resistências e lutas contra a escravização, em defesa da liberdade. (CISNE, IANAEL, 2022, p. 1).</p>	
<p>Temporalis</p>	<p>Esse texto busca contribuir com os esforços de análise da questão social incorporando determinações adicionais em sua gênese e constituição. Para isso, explora as indicações marxianas, principalmente em O Capital, incluindo as dimensões de gênero, raça/etnia e do desenvolvimento desigual como determinantes da lei do valor e à análise da questão social. Partindo de uma ampliação do conceito de acumulação primitiva, são apresentadas quatro hipóteses de trabalho que apontam as categorias expropriação (de meios de produção, meios de vida, corpos e saberes de mulheres e pessoas racializadas), reprodução e alienação como mediações relevantes para compreender o caráter estruturalmente desigual e combinado, heteropatriarcal e racista da exploração capitalista. Também são apontadas as articulações destas relações com a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Com essa chave de análise, são investigadas as tendências ao sobretrabalho, à superexploração,</p>	<p>FERREIRA, Carla Cecilia Campos. FAGUNDES, Gustavo Goncalves Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n.42, p.62-76, jul./dez. 2021</p>

	<p>feminização e racialização do mundo do trabalho como parte da estratégia capitalista de enfrentamento à crise estrutural por meio da equalização por baixo do valor da força de trabalho. (FERREIRA, FAGUNDES, 2021 p. 1)</p>	
	<p>O objetivo do nosso artigo é analisar os fundamentos teóricos e políticos da opção pela utilização da categoria relações sociais de sexo consubstanciada com as relações sociais de “raça”/etnia e de classe nos estudos feministas. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica ancorada, especialmente, na produção teórica do feminismo materialista francófono, com destaque para as autoras: Christine Delphy, Jules Falquet, Danièle Kergoat e Anne-Marie Devreux. Esperamos contribuir com o debate teórico que fundamenta o feminismo brasileiro, no intuito de aprofundarmos nossas produções teóricas sintonizadas com as lutas coletivas que nos desafiam cotidianamente na defesa da liberdade. (CISNE, 2014, p. 1)</p>	<p>CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.</p>

Fonte: Autora deste tcc, com base nos artigos das respectivas revistas

Os achados da pesquisa, possibilitaram perceber que as questões entrelaçam-se, de maneira que, o racismo é parte estruturante do sistema capitalista e as violações de direitos das mulheres negras, expressões da questão social desta conjuntura. Então, os artigos trazem a fundamentação das perguntas emaranhadas, na iminência da indissociabilidade das relações sociais. Todavia, colocou-se em cheque o que torna-se evidente, a visualização das violações de direitos e as lutas antirracistas.

Salienta-se nesta etapa, a dinamicidade das produções do Serviço Social com os descritores. E entende-se que a seleção dos materiais foram substanciais para fundamentação

das categorias emergentes: violação de direitos; mulheres; vulnerabilidade socioeconômicas; desigualdade de gênero; violência de gênero; segregação social; movimentos sociais; racismo estrutural; raça; mulher negra; direitos humanos; papel do Estado; garantia de direitos; opressão e exploração; relações sociais de raça/etnia, gênero e classe.

Os artigos escolhidos colocaram em ênfase o quanto as relações sociais, interligadas em uma unidade dialética para a compreensão da realidade concreta, são partes fundantes da estrutura do modelo burguês, pautada em todas as análises, unificando-se a abordagem das contradições presentes nessas relações. Disso apreende-se a consubstancialidade entre patriarcado, racismo e capitalismo e, conseqüentemente, a indissociabilidade entre exploração e opressão. Essa imbricação, com frequência invisível, caracteriza o atual modelo societário e compõe uma nova realidade historicamente constituída, Barroso (2018).

Consubstanciado, as produções trouxeram diversas perspectivas de abordagens que possibilitam a materialização das violações de direitos das mulheres negras, no cotidiano, enquanto expressões da questão social. Em ênfase, percebeu-se que em todos os artigos trazia essa articulação do racismo e do patriarcado como estrutural para a ocorrência das violações. Ou seja, a violência não se dissocia dos fatores sociais, sendo imprescindível a análise na totalidade para o reconhecimento de tais, visto que, a subordinação da mulher e a violência de gênero na sociedade brasileira estão presentes em todos os extratos sociais, notadamente entre as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Como abordado por Nascimento (2014), conhecer o modo de vida dos sujeitos pressupõe o conhecimento de sua experiência social, e para isso é necessário ouvi-los e permitir-lhes que se revelem no contexto em que vivem.

Ademais, durante a leitura dos materiais, analisa-se que para além das violências, cotidianamente na vida das mulheres negras existem outros fatores determinantes que ocasionam a marginalização das mesmas. A vulnerabilidade das famílias relaciona-se à pobreza e exploração em todos os âmbitos, econômicos, políticos, sociais, expressando-se das mais diversas formas. Aspectos que, para além dos fatores que são possíveis a visualização externamente, caracterizam uma sobrecarga que impactam na vida da mulher negra enquanto a visualização da sua potência, estancando a frente às dificuldades sociais, econômicas e a mercê das violências do Estado, nessa constante luta diária por sobrevivência.

Na linha da questão norteadora que também visava a abordagem dos direitos, e conseqüentemente, fazendo essa conexão com a atuação profissional do/a assistente social, sabendo que a defesa dos direitos humanos é um preceito constitutivo dos princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social de 1993, e “compreendê-lo, dentro dos valores preconizados nesse documento, significa apreender a história social dos direitos

humanos, a partir da perspectiva do confronto de classe e das lutas dos trabalhadores e dos seus limites e possibilidades dentro da sociedade capitalista.” (TEIXEIRA, 2018, p. 95), constata-se a importância dessa articulação enquanto os direitos na esfera do Estado e a sociedade capitalista, que remete justamente à limitação desta garantia dos direitos.

As relações sociais estão intrínsecas enquanto as violações dos direitos das mulheres negras e a abstenção da iniciativa privada enquanto culpabilização dessa garantia negativa impossibilita a percepção da sociedade, causando o processo de privatização constante do público para atender-se aos interesses do mercado financeiro. Logo, é preciso ter consciência que o principal objetivo do Estado burguês é a propriedade privada na sua proteção.

Contudo, de forma breve, aplicam-se que os achados das pesquisas alcançaram os objetivos ao qual se delimitou na sua construção. Através da leitura dos artigos, tornou-se exposto às violações de direitos das mulheres negras, bem como, o porquê elas tendem a continuar presentes na sociedade de classes. Assim como, a importância do Serviço Social na produção de conhecimento, na necessidade de assegurar a coerência e o compromisso com a relevância científica e social nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, como no âmbito do Serviço Social, não apenas como a categoria profissional possui as expressões da questão social enquanto seu objeto de trabalho, mas também, como fonte disparadora de conhecimento sobre a realidade, à população.

3.3 “Ele não tem nojo dos favelados. Cuida dos míseros favelados com carinho. Isto competia ao tal Serviço Social”: a atuação profissional na política das mulheres e lutas antirracistas

Durante o processo de formação na graduação, uma das experiências de ensino-aprendizagem vivenciadas ocorreu no Estágio Curricular Obrigatório da autora deste TCC, que se desenvolveu durante o período de 2022 a 2023, no Centro de Referência em Atendimento à Mulher, do município de São Leopoldo. A experiência fez-se fundamental para a escolha da temática central deste trabalho, cuja riqueza culminou num conjunto de aprendizagens e na instrumentalização para o exercício da profissão. Nesta etapa final do trabalho, traz-se parte dessas reflexões que emergiram nos processos de trabalho, no estágio, que se situa no enfrentamento de uma das principais violações de direitos abordadas no *Quarto de Despejo*. Outrossim, busca-se abarcar a atuação das/os Assistentes Sociais nas lutas antirracistas, através de uma retomada dialético-crítica, com a indissociabilidade teórico-prática, a partir das questões que se apresentam no cotidiano do trabalho e formação

profissional.

Cabível sublinhar que, consoante a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o estágio curricular exprime como uma das suas premissas, “o estabelecimento aos estudantes das relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, na unidade teórico-prática, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão” (ABEPSS, 2009, p. 14). Assim sendo, de acordo com a Resolução ComgradSSO nº 16/2021, uma atividade obrigatória de ensino e prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, a fim de inserir a/o discente no espaço sócio institucional para a qualificação do exercício profissional, buscando a qualidade nesse processo de ensino, e articulação entre a universidade e a sociedade, possibilitando a leitura crítica da realidade social, na direção da garantia dos direitos de todo cidadão, de forma igualitária. Logo, em face dos princípios que norteiam o estágio no curso de Serviço Social da UFRGS e em consonância com os princípios que ratificam o projeto profissional, o mesmo torna-se crucial à formação.

O Centro de Referência em Atendimento à Mulher, do município de São Leopoldo - RS, denominado Centro Jacobina, é um equipamento de cunho público e está vinculado à Secretaria de Política para as Mulheres da Prefeitura Municipal (SEPOM), parte constituinte da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher do Rio Grande do Sul. Rede de Enfrentamento e Atendimento que é composta por um conjunto de serviços de diferentes setores, como, Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, que atuam de forma articulada, no sentido de propor ações que combatam as discriminações de gênero, garantindo os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher⁴²: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos.

O Centro Jacobina foi inaugurado em outubro de 2006, resultado da reivindicação dos movimentos das mulheres para o reconhecimento, escuta e valorização da violência contra as mulheres, como pública. Cabe salientar que, até 2009, o CRM esteve vinculado à Coordenadoria da Mulher, visto que a SEPOM era inexistente. O nome foi escolhido através de uma votação em plenária do COMDIM⁴³. Jacobina traz a materialização da luta das mulheres do município, diante da sua trajetória.

⁴² Elaborado em 2004 com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres focaliza juntamente a lei 11.340/2006 (Maria da Penha) o enfrentamento às diversas violências que estão acometidas ao gênero feminino, estabelecendo conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

⁴³ Criado pela Lei Municipal nº6.976, de 10 de Setembro de 2009, têm competência propositiva, consultiva, fiscalizadora, normativa e deliberativa, no que se refere às matérias pertinentes aos direitos da mulher, bem como instruir seus órgãos de apoio.

Para dar significado a esta luta a imagem de curandeira, excluída por uma sociedade machista e patriarcal, que não compreendia sua força diante de toda a sociedade e seu enfrentamento levou a escolha de um final trágico, mas que fez com que outras mulheres erguessem as mesmas bandeiras na luta pelos direitos a crença, liberdade e liderança. (SEPOM, 2016, p. 01)

Por conseguinte, o Centro Jacobina atende mulheres que estão em situação de violência doméstica, prestando acolhimento, orientação e acompanhamento especializado às usuárias com os direitos violados. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais⁴⁴, que estabeleceu bases de padronização nacional dos Serviços e equipamentos físicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com sua organização por níveis de complexidade, o Centro de Referência é um equipamento da Proteção Social Especial, de Média Complexidade, dispendo como objetivos e aquisições:

Ter oportunidades de superar padrões violadores de relacionamento; Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; - Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família; - Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos; - Prevenir a reincidência de violações de direitos. - Ter vivências de ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; - construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima; alcançar autonomia, independência e condições de bem estar. (BRASIL, 2014, p. 31)

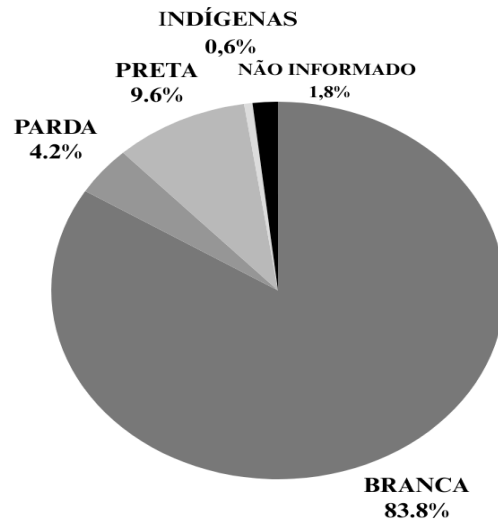
O acompanhamento/atendimento é de caráter psicossocial, realizado pela equipe técnica, composta por Assistentes Sociais, Psicólogas e Estagiárias das respectivas áreas. Profissionais atuantes na prevenção e no enfrentamento da violência de gênero e construção de uma cidadania digna, em articulação com toda a Rede de Enfrentamento e Proteção Social, com respaldo das ferramentas legais que legitimam e possibilitam o apoio à mulher vítima de violência: a Lei Maria da Penha, a Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Lei 5.977/2006 de criação do Centro de Referência do Município de São Leopoldo e a Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Ao discorrer sobre estes atendimentos, a área de abrangência integra todo território do Município de São Leopoldo. E na visualização da significância do conhecimento integral das usuárias, apropriou-se sobre a caracterização das mesmas. As informações foram retiradas da

⁴⁴ Aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, normativa que a possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais.

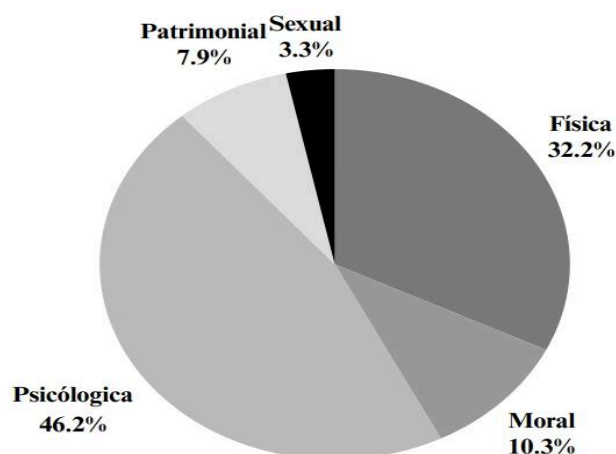
ferramenta do sistema de cadastro do equipamento, denominado VIO JACOBINA⁴⁵ que agrupa os dados, a partir de relatórios estatísticos, e possibilita uma maior identificação dessas mulheres. O espaço de tempo utilizado para a análise da amostragem foi de agosto/2021 a agosto/2022, momento em que foi realizado o estágio:

Gráfico 4: Relatório estatístico raça/etnia das usuárias



Fonte: Autora deste TCC, dados retirados do VIO Jacobina/Prefeitura Municipal de São Leopoldo (2021/2022).

Gráfico 5: Relatório estatístico tipos de violência



Fonte: Autora deste TCC, dados retirados do VIO Jacobina/Prefeitura Municipal de São Leopoldo (2021/2022).

⁴⁵ O sistema permite a visualização de todas as usuárias que foram atendidas desde a abertura do equipamento.

Verifica-se na análise crítica dos dados, um compilado de informações que expõe o contexto do município de São Leopoldo, alusivo à raça/etnia das vítimas de violência doméstica de gênero. Neste trabalho, apropriou-se o quanto, em todo território brasileiro, as mulheres negras estão expostas a maiores tipos de violência, pela sociedade capitalista-patriarcal-racista imposta, os índices comprovam a afirmativa. Os dados acima localizam-se na direção contrária deste fato. Todavia, adentra-se na perspectiva de que, o Centro Jacobina é um equipamento central, desta maneira, não se faz territorializado, sendo distante de algumas regiões da cidade, corroborando com a falta de procura das usuárias ao espaço, bem como, o conhecimento sobre o direito de acesso ao serviço. Pauta evidenciada na materialização do Projeto de Intervenção⁴⁶, integrado ao terceiro nível do Estágio Obrigatório⁴⁷, efetivado em uma comunidade localizada na região Nordeste⁴⁸ do município, em que a população é, majoritariamente, negra e exposta a todos os tipos de violências e vulnerabilidades.

⁴⁶ O Projeto de Intervenção teve o seu ponto de partida, a inquietação relacionada ao número quase nulo de usuárias que acessaram o equipamento de forma espontânea no de 2021/2022, instigando um processo reflexivo à falta de proximidade com os territórios. Dessa forma, foi escolhido um território para a abordagem, a Região Nordeste, e o objeto de intervenção, a violência de gênero. Obtendo como objetivo geral, através do trabalho de prevenção: estimular a busca espontânea das mulheres da comunidade ao Centro Jacobina, visando à ampliação no acesso à essa política pública e melhoria da qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. O projeto foi efetivado para multiplicar as informações sobre a temática da violência doméstica, e, consequentemente, sobre o papel do Centro Jacobina. A metodologia utilizada foi a Roda de Conversa, entendendo a premência desse instrumento técnico-operativo. A escolha da roda de conversa baseou-se na horizontalização das relações de poder, com o objetivo de que as mulheres que iriam compor se implicassem, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade, ou seja, pela potencialidade que esses espaços coletivos possuem, sendo também, um instrumento interventivo da/o Assistente Social, na medida em que permite ao profissional perceber o movimento da realidade social e suas contradições, com viés reflexivo, emancipatório na perspectiva de garantia de direitos, redução da violência doméstica e reincidência a relacionamentos abusivos e violentos. O projeto oportunizou a aproximação territorial e da realidade das vivências dessas mulheres, para pensar em possíveis estratégias de intervenção, dos instrumentais, pautadas no projeto ético-político da profissão, pensando nas dimensões micro e macro, buscando reflexão e propriedade sobre essa expressão da questão social.

⁴⁷ O Estágio obrigatório e supervisionado III faz-se o fechamento das etapas do estágio no curso Serviço Social da UFRGS, visando, de acordo com a Política nacional de Estágio em Serviço Social da UFRGS, a sistematização e avaliação das vivências e aprendizados proporcionados pelo estágio, com uma análise crítica de todo esse processo de aprendizagem, articulada com os fundamentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, a fim de, refletir sobre a efetividade e o alcance social do processo de trabalho; construir análises teórico-reflexivas sobre o cotidiano de estágio e o desenvolvimento da instrumentalidade com qualidade e consistência teórico-metodológica e ético-política.

⁴⁸ A área em questão é referente aos bairros Rio dos Sinos e Santos Dumont que no ano de 2010, de acordo com o censo demográfico do IBGE, equivalia a quase 14% da população total da cidade, com aproximadamente, 29 mil habitantes. Segundo os dados do Cadastro Único de 2014, desse total de moradores, um terço eram referenciados sendo seis mil beneficiários do programa Bolsa Família. Na região há a presença de uma comunidade que está na beira do Rio dos Sinos, em extrema vulnerabilidade social, reconhecida como: Ocupação Steigleder, onde residem cerca de 211 famílias, segundo dados do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos, programa do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, onde o acesso às necessidades básicas como: saneamento básico, assistência social, saúde, moradia e educação, são basicamente nulos.

Tal constatação somente foi possível, a partir das visitas realizadas ao território para aproximação desta realidade, que tornaram nítido a evidência das violações de direitos. Ainda que, as situações de violência doméstica desta comunidade não alcançaram o atendimento do Centro Jacobina, observa-se esta demanda emergente, no momento em há a necessidade de intervenção, juntamente com a Rede, em uma situação que se caracterizava enquanto violência física e psicológica, em uma das visitas. De modo que já abordado neste TCC, qualifica-se que a violência doméstica está sob a ordem patriarcal, mas, a interseccionalidade de gênero e raça fica evidente nos territórios de atuação profissional do Serviço Social.

O Código de Ética/1993 da categoria carrega no terceiro princípio fundamental a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p. 23). Direitos que, no município de São Leopoldo, embora com uma Rede de Enfrentamento estruturada, por vezes, encontra-se fragilidade na garantia, por estar dentro dos moldes da burguesia. As mulheres negras estão na margem social, e, em sua maioria, esbarram em empecilhos estruturais, sociais e, como efeito, raciais, que impossibilita a busca ao atendimento, em se tratando das violências, sendo um dos objetivos da atuação profissional, exemplificado como premissa do Projeto de Intervenção.

Dessa forma, com uma autonomia relativa, as Assistentes Sociais do Jacobina, atuam na prevenção da violência contra as mulheres e na defesa dos direitos que são violados em decorrência das violências, defronte as dificuldades do sistema que a engloba. A intervenção reafirma o seu compromisso no processo de encontro à uma sociedade anticapitalista, ao entender o espaço interventivo, um campo de mediações sobre determinações histórico-sociais na constituição dos complexos sociais, da forma que trouxe Martinelli (2012).

Diferentemente da década que faz menção a obra literária, o Serviço Social insere-se “na luta por políticas sociais que efetivamente atendam às mulheres vítimas de violência e não apenas deem soluções paliativas” (ALVES, 2019, p. 4). Reconhece-se assim, como seu objeto de intervenção, a violência doméstica, identificada como uma expressão da questão social, que está presente em todos os atendimentos, embora não seja a única. Atendimentos que refletem as vivências transmitidas no *Quarto de Despejo*, demonstrando que, inúmeras vezes, a violência doméstica é apenas a porta de entrada para a possibilidade de intervenção nas demais violações que perpassam a vida das mulheres brasileiras. Questão social que, como já posto, é a base da fundamentação do Serviço Social enquanto especialização do trabalho, o seu objeto, a tese histórico-crítica da gênese profissional.

No Centro de Referência, e nos demais espaços sócio-ocupacionais das/os Assistentes Sociais, a atuação profissional visa o enfrentamento dessas expressões, em todos os níveis de manifestação, fazendo interlocução com o pensamento marxista, indo contra aos pressupostos tradicionais, moralistas e conservadores, compreendendo o contexto sócio-histórico em que está inserida, seguindo os parâmetros das suas dimensões que são inseparáveis. À vista disso, elucida-se o seu papel que desempenha a capacidade da análise crítica da realidade social, conectada as atribuições e competências, juntamente com a Ética Profissional.

O instrumento utilizado pela Assistente Social para intervenção, no referido campo, é a entrevista individual/familiar, na unidade, ou nos domicílios. A entrevista possibilita, nesse processo de comunicação, a potencialização através do conhecimento das bases teórico-metodológicas, a tomada de consciência das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e o sujeito. Juntamente com a escuta qualificada e métodos de observação, o acompanhamento tenciona a emancipação da mulher, diante da análise dos processos históricos que formularam a sua subjetividade, através da apreensão do real e reconhecimento do ser. Usufruindo-se da dimensão técnico-operativa, na perspectiva dialética crítica, para que assim, ocorra a compreensão as contradições, atuações e dificuldades encontradas em cada situação, com a clareza na apropriação dos instrumentais, com as orientações que regulamentam e respaldam a atuação profissional. Intervindo assim, ao encontro do dever ético profissional de entender e interpretar criticamente a realidade na qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico que nada tem de estático ou linear. Martinelli (2012), ao considerar que não é possível analisar e enfrentar um fenômeno social de maneira singular.

Princípio do reconhecimento do ser social: O homem é um ser contraditório e complexo, é parte de uma totalidade social. Ele nunca é produto, e sim processo, nunca é dado, mas um dar-se é essencialmente um ser histórico. Conhecê-lo, portanto, implica em conhecer suas histórias, sua vida material. A forma como o homem produz sua vida material expressa sua inserção na rede de relações sociais, bem como o nível de sua consciência social. (MARTINELLI, 1993, p. 138-140).

Faz-se necessário também que a situação apresentada pelas mulheres seja acolhida, qualificada e mantida no sigilo profissional, como postulado no Art. 15 e 16 do Código de Ética: Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (CFESS, 2011).

Em geral, as mulheres em situação de violência chegam para o atendimento com a subjetividade arrasada; quando se diz: "esta mulher foi violentada", significa que foi agredida na sua mais íntima identidade, naquilo que as constitui como pessoas humanas. As Assistentes Sociais são profissionais que acolhem as mulheres, através de uma escuta qualificada, . Esse espaço de escuta é fundamental para que a mulher em situação de violência possa romper o silêncio imposto. É o tempo em que ela se sentirá segura frente a um profissional que transmite confiança, que acredita no que ela vai falar, que a respeita e a encoraja a expressar sentimentos que até então estavam guardados por medo, confusos, e que agora ela é capaz de ordenar e clarear. (LISBOA, 2014, p.17)

Neste sentido, para além dos atendimentos individuais, encontra-se como ferramenta os atendimentos coletivos, que segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011, p. 20), "abordam a perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, com fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora". E é um dos principais meios de intervenção da/o Assistente Social, como papel norteador de prevenção, assim como, objetivou-se na elaboração do projeto de intervenção.

Contudo, caracteriza-se que, a violência de gênero constituiu-se enquanto campo de intervenção do Serviço Social, "nos últimos anos, as lutas travadas pelos movimentos feministas alcançaram conquistas em relação aos direitos das mulheres e passaram a visibilizar a questão da violência, tirando-a do espaço privado para transformá-la em política pública." (LISBOA, 2014, p. 3). A profissão é polarizada por interesse de classes e sua atuação tem implicações políticas. Ou seja, a atuação conclui-se de forma crítica diante da realidade, compreendendo as relações sociais que entrelaçam na conjuntura, com ações estratégicas, no intuito de contribuir para elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas, visto que possibilita "conhecer a realidade multifacetada das mulheres em diferentes contextos" (LISBOA, 2014, p. 7), com possibilidades da construção do fortalecimento e emancipação.

Para mais, agregado às menções de Yamamoto (2005), é imprescindível que a/o Assistente Social se aproprie do conhecimento sobre a realidade e a população a quem destina-se a prestação de serviço. Com isto, é basilar que o terreno das relações sociais, seja observado na sua completude, levando em consideração a indissociabilidade das relações de raça, etnia, classe e gênero, de maneira a compreender os limites e possibilidades da garantia de direitos em um cotidiano perpassado pelas manifestações do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Assim sendo, a caminhada durante a realização do estágio permitiu a realização da apreensão crítica sobre a violência de gênero, e o quanto as mulheres ainda são violadas cotidianamente e em maior expressão as mulheres negras deste país.

Compreender criticamente a realidade na qual intervimos como assistentes sociais, pressupõe apreendermos os fundamentos da produção social dessa desigualdade, que assenta raízes no processo de construção social da noção de raça e, a partir disso, instaurou-se uma divisão racial do trabalho, sendo a estratégia utilizada para dinamizar o processo de acumulação e desenvolvimento capitalista na América — com pungentes particularidades no contexto latino-americano. (FORNAZIER, GONÇALVES, FAVARO, 2023, p. 7)

Em continuidade às violações expressas na vida das mulheres negras, no ano de 2016, o CFESS engendrou uma série de cadernos, com pautas cruciais à atuação profissional, sendo uma delas na óptica do combate ao racismo⁴⁹. Debate fundamental para a formação, na visualização crítica da dinâmica do racismo no Brasil e contribuição da defesa dos direitos da população negra. O Caderno objetiva orientar e estimular as/os profissionais “nas variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional – algumas ocasionais e outras afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam os sujeitos envolvidos.” (CFESS, 2016, p. 6).

Nessa assertiva, sabe-se que o racismo é o pilar das desigualdades do capitalismo, sendo a base da hierarquização social e da marginalização, e respaldada pelo projeto ético-político, o Serviço Social caminha à frente da luta das relações étnico-raciais, no “exercício sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, p. 25) e “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993, p. 25).

Nesse terreno arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o/a assistente social se defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal. (CFESS, 2016, p.17)

A conjuntura instituída, urge a luta contra os retrocessos gerados pelo neoliberalismo e a evidência dos direitos garantidos, na construção da estrada até uma sociedade emancipada. Na sociedade de classes “as relações raciais se entrelaçam às suas particularidades histórico-sociais, interferindo, agravando e aprofundando a conformação da ‘questão social’, pensar a “questão social” e suas expressões em nossa realidade não pode ser desvinculado

⁴⁹ Acesse em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>

desses elementos que estruturam nossa formação” (MARTINS, 2013, p. 12). Da forma que expõe Carolina de Jesus:

No outro dia encontraram um pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia um leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (JESUS, 1960, p. 40)

Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fabrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces.(JESUS, 1960, p.54)

—Ela é branca. Tem direito de gastar mais. Ela disse-me: —A cor não influi. Então começamos a falar sobre o preconceito. Ela disse-me que nos Estados Unidos eles não querem negros nas escolas. Fico pensando: os norte-americanos são considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol. O homem não pode lutar com os produtos da Natureza. Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se.(JESUS, 1960, p. 122)

Racismo estrutural exibido integralmente no *Quarto de Despejo*, na tradução de que os “tempos hodiernos nos colocam a tarefa histórica e a responsabilidade ético-política de não apenas debater a questão étnico-racial com a devida seriedade e centralidade que ela demanda, mas também de criar estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo” (FORNAZIER, GONÇALVES, FAVARO, 2023, p. 4). Fundamenta-se a afirmativa, na ação interventiva que, também é evidenciada no conjunto da aproximação da categoria com o Movimento Social Negro Brasileiro, na organização popular da linha de frente das lutas sociais antirracistas, contemplando possibilidades viáveis à intervenção. O papel da/o Assistente Social postulados nas bandeiras de luta defendidas em conjunto com a classe trabalhadora, demonstra a reflexão abordada na formação e na prática profissional por políticas públicas de promoção de igualdade racial, que viabilizem o protagonismo da população negra.

Em concordância com o Estatuto da Igualdade Racial⁵⁰, é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade. Participação da população negra, promovida por meio de:

⁵⁰ Destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social; II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa; III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica; IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais; V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada; VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos; VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros. (BRASIL, 2010).

Portanto, “o comprometimento com a emancipação humana deve, sobretudo, tratar o racismo e o patriarcado na perspectiva de totalidade social” (JULIANO, 2022 p. 7). Na utopia que Sueli Carneiro (2019) exhibe:

A utopia que perseguimos hoje consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra... Realizar a igualdade de direitos e torna-se um ser humano pleno e prenhe de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero é o sentido final dessa luta. (CARNEIRO, 2003, p.57)

Diante do contexto burguês, atua-se na perspectiva da consolidação de uma vivência digna de direitos, e, em contrapartida, evidenciando os pressupostos do Projeto Ético-político na busca da emancipação. Pela imbricação das relações sociais no capital, a luta de gênero está consubstanciada na luta de etnia/raça, bem como, a de classe, e o Serviço Social é a categoria profissional com a apropriação técnica de intervir nestes contextos de exploração e opressão.

Carolina de Jesus relata que, “*quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos.*” (JESUS, 1960, p. 184). Em diálogo, como abordado por Iamamoto, a questão social também se caracteriza enquanto resistência, e para o Serviço Social se constitui o seu objeto de trabalho. Por esta razão, o Serviço Social é a luta constante na construção de trilhos para que o proletariado consiga escrever e *gostar de coisas bonitas*, e não visualizar mais, *o seu povo oprimido*, podendo assim, viver “*na sala bonita, em que a realidade é muito mais do que o sonho*” (JESUS, 1960, p. 173), entendendo que, como bem posto por Angela Davis (2015), o caminho da libertação é a resistência em cada encruzilhada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto preta, mulher, estudante e futura assistente social, a autora deste trabalho objetivou na sua estruturação a visibilidade de outra mulher negra, que emoldurou sua história através de uma obra literária. Deixando assim, marcas fundamentais na construção da consciência das desigualdades raciais impostas pela sociedade capitalista. Dessa forma, a idealização deste TCC, além de fundamentar as violações de direitos das mulheres negras, tracejou homenagear Carolina de Jesus, ao tornar-lá, referência principal.

Analisar criticamente o *Quarto de Despejo*, para além de propiciar o embasamento teórico das violações de direitos das mulheres negras sob o olhar de uma mulher negra, possibilita enfatizar a potência que as mesmas possuem. Ainda que, duzentos anos após o período escravista, caminham, vagarosamente, na busca não somente do reconhecimento enquanto fundamentais à sociedade, mas também, de serem ouvidas e reconhecidas enquanto sujeito de direitos.

Logo, vislumbrou-se delinear com o *diário de uma favelada*, que embora o sistema capitalista, tende a jogar as mulheres negras pelo caminho contrário da *sala de visitas*, essas mulheres são para mais do que a dinâmica de exploração e opressão impõem. E assim como, aqueles que estão no topo da pirâmide social, merecem um lugar nesta sala com “*seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim*” (JESUS, 1960, p. 32-37). Neste sentido, instituiu-se a exigência da exposição das violações presentes nas suas vidas, para uma intervenção efetiva.

Ao decorrer da explanação, construiu-se o entendimento de que o racismo e o patriarcado são estruturais, de um longo período advindo da época colonial, que plantou raízes ao fortalecimento das desigualdades. A formação sócio-histórica brasileira, expõe que as violações de direitos mencionadas, não existem porventura, por fazerem parte da relação contraditória entre, capital e trabalho, que estabelece quem terá o poder aos meios de produção e dessa forma, limita as mulheres negras às margens sociais. No entanto, como bem pôs Carolina, “*não é preciso ter letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimidos*” (JESUS, 1960, s/p). A consciência de classe está para todos, ainda que o sistema faça-nos acreditar o contrário e Carolina de Jesus descreve esta consciência.

Apreende-se, em consonância, que as violações de direitos estão reveladas, diariamente, em todos os âmbitos sociais, mas que, tornam-se mais passíveis a visualização na violência doméstica de gênero. E isto, por ser, uma pauta específica na ótica das desigualdades de gênero, ou seja, da ordem patriarcal. Como mencionado por Scheffer (2016)

a questão da mulher no capitalismo, é uma relação pendular, entre a exploração e a opressão, com os domínios das desigualdades sociais na dominação burguesa. Em vista disso, a hierarquização da classe-raça-gênero, escancarou as fendas culturais entre a sociedade brasileira, mas também, expande-se a urgência da luta coletiva dos direitos. As desigualdades determinam a vivência social e as suas demandas, na evidenciação de formulação de políticas públicas.

Atrelado a isto, como um dos principais objetivos demarcados à este trabalho, fez-se importante a apropriação dos respaldos pelo Projeto Ético-político da profissão, na liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos direitos enquanto princípios, para a atuação profissional das/os assistentes sociais. Uma profissão interventiva que se desafia a construir estratégias, no intuito de contribuir para elaboração e operacionalização destas políticas, materializadas nos espaços sócio-ocupacionais, que colocam em evidência a existência das expressões da questão social, tornando-as um dever público a atuação.

Assertiva passível a compreensão no campo de estágio obrigatório, que também foi percorrido ao longo deste TCC, o Centro Jacobina, um equipamento crucial na perspectiva de garantia dos direitos que foram violados pelas violências domésticas de gênero perpetradas, em sua maioria, pelos companheiros/familiares das vítimas. Violências que se evidenciam, com superioridade, quando se aprofunda nas relações étnico-raciais que estão imbricadas.

Além disso, plausível demarcar a potência da produção de conhecimento do Serviço Social à temática abordada, mensurando a relevância científica do *Quarto de Despejo*, bem como, as pesquisas no âmbito do Serviço Social enquanto instrumento de apreensão as expressões da questão social e, de articulação de estratégias para a luta de classes e transformação social, superando as mazelas impostas pela sociedade desigual. Os artigos advindos das revistas do Serviço Social, a leitura realizada e as análises dos achados da pesquisa bibliográfica apontam uma caminhada comprometida do Serviço Social com a luta antirracista e os direitos das mulheres.

Neste cruzamento de informações, salientando especificamente, o Serviço Social, faz-se importante frisar que a categoria profissional, para além de travar lutas no combate ao racismo e à violência de gênero, também carrega na sua institucionalização mulheres que se inseriram à frente dessas lutas, compondo a história. E embora, por vezes, pouco abordadas merecem o total reconhecimento, como por exemplo, uma das primeiras Assistentes Sociais negras do país, Dona Ivone Lara, manifestação viva da cultura popular brasileira.

Angela Davis (2017) pautou uma potente reflexão sobre a estruturação da sociedade capitalista, e, afirmou que quando uma mulher negra movimenta-se, toda a estrutura da

sociedade se movimenta em conjunto. De maneira que, as mulheres negras compõem a base da pirâmide social, e quando se move a base, desestabiliza todo o restante, ou seja, o sistema burguês.

Com toda a fundamentação e reflexão abordada a partir da obra/vida de Carolina de Jesus afirma-se, ainda que o sistema burguês não construa espaços no topo da pirâmide social para as mulheres negras, com luta e resistência é possível abrir a passagem para criação destes espaços, em consonância a busca de uma nova ordem societária. Carolina de Jesus foi uma militante, resistente ao que o capitalismo impôs que fosse a sua realidade, “[...] eu disse ser o meu diário. - Nunca vi uma preta gostar tanto de livro como você” (JESUS, 1960, p. 26). Sendo assim, uma ferramenta de análise da realidade social, igualmente pontuado em todo este TCC. E que como mencionado por Angela Davis, foi entendível a desestabilização dessa base.

O *Quarto de Despejo* é herança histórica do país, advinda de uma mulher negra, homenageada e eternizada, para além da sua obra, em uma estátua na capital Mineira, declarando-se, a primeira mulher negra a ter esse simbolismo em Belo Horizonte. E são nestes grandes gestos que se identifica o privilégio de conhecer e aprofundar-se sobre o legado de Carolina, na magnitude da representação dos papéis sociais na escrita, no testemunho de alguém que, “realmente viveu e sobreviveu à miséria” (FORTUNA, 2014, p. 122), ao constatar que a institucionalização das violações em sua trajetória, advinha de uma relação muito maior: o racismo estrutural.

Acolher e dar visibilidade para as histórias dessas mulheres caminha junto na articulação enquanto compreensão das características marcantes individuais e coletivas, frente a toda sua vivência social. Na marginalização que é construída a partir do nascimento, com o processo de segregação racial, determinando o papel de cada ser, desempenhados para assegurar valores e interesses da sociedade capitalista-racista-patriarcal. O lugar atribuído para a mulher negra na sociedade, contribui para a não percepção destas enquanto sujeito de direito, sendo assim, violadas diariamente. Como já supracitado, enfatizar esta pauta, permite o seu reconhecimento e enfrentamento. Parafraseando Iamamoto, “O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem [...] É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia, no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos” (IAMAMOTO, 2018, p. 17).

Em suma, dialogando com Angela Davis e Iamamoto, dimensiona-se o quanto Carolina de Jesus resistiu e sonhou para desestabilizar a base do sistema, agregando um papel fundamental ao ser porta-voz das mulheres negras e das expressões da questão social que

perpassam por toda a sua trajetória. E com o *Quarto de Despejo*, registrou a sua história, como a autora pontuou quando entrevistada após a publicação da literatura, “*eu era revoltada, não acreditava em ninguém, odiava os políticos e os patrões porque meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal de nobre, eu sabia que angariar inimigos porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. [...] eu escrevi a realidade*” (JESUS, 1960, s/p). Tal exposição da realidade que a tornou referência de luta às mulheres negras brasileiras, sejam elas: escritoras, professoras, mães, recicladoras, ou então, Assistentes Sociais, assim como, a autora deste Trabalho de Conclusão de Curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social**. In Vv. Aa. Cadernos Abess. São Paulo: Abess/Cortez 1998. n. 8.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2009.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural. Feminismos Plurais**. São Paulo. 2019.

ALVES, Wanessa. Varjão. **Violência contra a mulher e Serviço Social: uma análise do trabalho do Assistente Social nos espaços de política de Assistência Social**. Brasília - DF. 2019.

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social**. 268 Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Revista Crítica Marxista, São Paulo, n. 10, 2000.

BARROSO, Milena. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. , São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BRASIL. Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL, **Decreto nº 11.785, de 20 de Novembro de 2023**, Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF, 20 de novembro de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

BRASIL. **Lei Nº 14.723, de 13 de Novembro de 2023**. Dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. Brasília, DF, 13 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, Agosto de 2006.

BRASIL. **Lei Nº 8080, de 19 de Setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF. 1990.

BRASIL. **Lei Nº 12.845, de 1º de Agosto de 2013.** Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015.** Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Monitoramento e avaliação. Edição, mulheres negras.** 2023. disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliaon2EdioMulheresNegras.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Uma política do SUS.** 3 edição. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Ministério da Política para a Mulher: **Plano Nacional de Política para as Mulheres.** Brasília, DF. 2013.

BRASIL. Ministério da Política para a Mulher. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Ministério de Política para a Mulher: **Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.** Brasília, DF, junho de 2005.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Secretaria de Política para as Mulheres. **Balanco Anual, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.** Brasília, DF. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2016.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços. Socioassistenciais.** Reimpressão 2014.

CASTILHOS, Rosa Maria Fernandes. CORREA, Bruna Ferreira. **Os quilombos e suas interfaces com o Sistema Único de Assistência Social.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 22, n-1-15, jan-dez-2023.

CARLOTO, Cássia Maria; LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, políticas sociais e Serviço Social**. v. 13 n. 1 (2012).

_____. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Disponível em: <www.ssrevista.uel.br/c_v4n2_carlotto.htm>. Acesso em: 20 abr. 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 2011.

_____. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. Geledés - Instituto da Mulher Negra, São Paulo, v. 1, n. 1, 360p. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-S-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>. Acesso em 27 jul. 2021.

_____. **Enegrecer o Feminino: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero** – in Racismos Contemporâneos. Takano, Rio de Janeiro, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. **Mulheres e educação: gênero, raça e identidades**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2810/CARNEIRO_Aparecida_2015.%20pdf?sequence=1&isAllowed=y%3E

CISNE, Mirla. IANAEL, Fernanda. **Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras**. Florianópolis, v.25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes e Normas para a realização do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social**. Porto Alegre, 2021.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. 1975.

CFESS. **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CFESS. **Assistente Social no combate ao preconceito: racismo**. Caderno 3. Brasília - DF, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

EURICO, Marcia Campos. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?**. Revista Serviço Social & Sociedade nº 84. p 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos. FAGUNDES, Gustavo Goncalves. **Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n.42, p.62-76, jul./dez. 2021.

FILHO, João Manoel. LIMA, Fatima Maria. NASCIMENTO, Gerson, **A segregação sócio-espacial e a luta pelo direito à moradia**. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.

FORNAZIER, Tales. GONÇALVES, Gleyka. FAVARO, Tereza. **Em passos firmes, linha reta: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais**. 118 Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 118-138, 2023.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **A História da Escravão Negra no Brasil**. 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **Mulher Negra e Saúde**. 1991. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra-e-Saude.pdf>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. SP: Atlas, 2002.

GOIS, Magaly Nunes; CAVALCANTE, Tanamara Guedes; FRANÇA, Sílvia Maria. **Serviço Social e Gênero: Um debate necessário na formação profissional**. v. 1 n. 1. 2018.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

HIRATA, Helena. **A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014.

IANNI, Octavio. **A ditadura do Grande capital**. 1ª edição Expressão Popular São Paulo – 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, de Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação**. 2018.

_____. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo. 1960

JULIANO, Dayana Cristina Ramos. **Serviço social e as lutas negras brasileiras**. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 89-99, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78944>

KERGOAT, D. **O cuidado e a imbricação das relações sociais.** In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.* São Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação.** 2008.

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro.** 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

_____. **Violência de Gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social.** Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

LOURENÇO, Cristiane. **igual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil.** São Paulo, v. 146(1), p. 75-96, 2023.

LOURENÇO, Cristiane. **Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 75-96, 2023.

MADEIRA, Zelma Madeira, GOMES Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. MORAES, Josiane. **A importância da categoria mediação para o Serviço Social.** CRESS. 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte E Literatura - Textos Escolhidos.** 2010.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Livro 1 - O Processo de Produção do Capital. 10ª. ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a III, 6, 1974.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Determinações do racismo no mercado de trabalho: Implicações na “questão social” brasileira.** Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014.

_____. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil.** Revista Inscrita, Brasília, n. 14, p. 11-17, 2013.

MELATTI, K. R. **O bater como ato ideológico: violência doméstica e suas interfaces com a lógica da dominação.** Temporalis/ABEPSS, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis. 2011.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Marcelo Loura. **A questão da moradia e o processo de segregação residencial.** 2022.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL. 2001. 378p.

NASCIMENTO. Abdias do. **O Brasil na mira do pan-africanismo.** 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro Processo de um racismo mascarado.** 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história escrita por mãos negras.** 1974.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 39-56, jul./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** São Paulo, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Temporalis. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

NEVES, Maria Júlio. CARDOSO, Mauricio. MARKUNAS, Monica. **Negro e Negritude.** Edições Loyola – São Paulo – 1997.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar.** 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Desempregados do Brasil.** In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Desigualdade Racial e Segmentação do Mercado de Trabalho.** Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 15, jun. 1988.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”.** LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil.** (Org.) Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9161/1/Dossie_Cap5.pdf

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo. 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1969.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro. **Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil.** 2018.

SANTOS, Thamires. **Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez.** R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 232-241, maio-ago. 2022.

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Prefeitura Municipal de São Leopoldo. **Protocolo de Fluxos da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência na Cidade de São Leopoldo.** São Leopoldo, Rs. 2016.

Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Prefeitura Municipal de São Leopoldo. **Resgate Histórico dos 10 anos do Centro Jacobina.** São Leopoldo, Rs; 2016.

SILVA, Simone Rezende. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** 2011.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente.** Texto Para Discussão, 2020.

SILVA, Vivian da Veiga. **As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de Gênero na Contemporaneidade.** v. 7 n. 1 (2019).

SOUSA, Marília de Oliveira. SIRELLI, Paula Martins. **Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 326-345, maio/ago. 2018.

SOUZA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano.** Ática: São Paulo: 2008.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

VIANA, Beatriz. CARNEIRO, Kassia. GONÇALVES, Claudenora. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** Florianópolis, 2015.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** ABEPSS. 2009.

THEODORO, Mário. **Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022

YAZBEK, Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Matriz Trabalho de Conclusão de Curso

TEMÁTICA CENTRAL	RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA	RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL
<p>O Trabalho de Conclusão de Curso terá como sua base a análise do Quarto de Despejo obra literária de Carolina de Jesus, a fim de expor o racismo estrutural existente no sistema capitalista, e através dessa análise abordar sobre a atuação do/a assistente social no acesso aos direitos das mulheres negras e lutas antirracistas</p>	<p>A obra de Carolina de Jesus relata as suas vivências diárias como mulher negra, periférica e mãe solo, na década 50-60, esboçando as dificuldades encontradas para sobrevivência diante do contexto histórico a qual estava inserida. Analisar o Quarto de Despejo é compreender que para além das riquezas e contribuições à literatura, também faz-se uma ferramenta de apreensão da realidade, que dá a voz a histórias que são perpassadas pela lógica de dominação, exploração e opressão do sistema capitalista.</p>	<p>O Quarto de Despejo torna possível a percepção na literatura de inúmeras questões que atravessam os dias atuais as mulheres negras periféricas do Brasil. É indispensável para a atuação profissional o olhar na totalidade para conseguir intervir na realidade, e Carolina de Jesus expõe na obra as expressões da questão social que perpassam por sua vida, trazendo no seu diário, a pobreza, a fome, o desemprego, a falta de acesso a educação, a moradia, as violências institucionais e a os direitos dela e dos seus filhos sendo violados diariamente, o que reflete na realidade do Brasil dentro do sistema capitalista que se alimenta do patriarcado e do racismo para o seu fortalecimento. Para além da realidade das mulheres negras no Brasil, tal análise também possibilita trazer a reflexão sobre a reconceituação da profissão, visto que na época em que a obra foi escrita os seus pressupostos caminhavam juntamente com o sistema. E com isso, a completa interlocução com o Serviço Social e o seu papel enquanto profissão que, atualmente, tem no seu Projeto Ético Político a defesa dos direitos e a busca por uma nova ordem societária, sem classes.</p>